

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Psicologia**

**Victor Hipolito Muguerra**

**Crise da Democracia:  
tragédia contemporânea**

**Porto Alegre  
2019**

**Victor Hipolito Mugerza**

**Crise da Democracia: tragédia contemporânea**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Marta Regina de Leão D'Agord

**Porto Alegre**  
**2019**

Aos colegas,  
Amigos  
E familiares

Que me acompanham nesta desafiadora jornada  
Que é tornar-se quem se é.

## **Resumo**

Partindo do relato de uma cena de linchamento público ocorrido em julho de 2016, quando das radicalizadas e polarizadas manifestações a favor e contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff, procuro pensar esse momento sociopolítico e suas implicações no presente por meio dos elementos estéticos da tragédia clássica grega. Busquei interpelar, lançando mão de autores de diferentes áreas das humanidades (filosofia, sociologia, ciência política, história, comunicação), a crise do modelo representativo de democracia, suas motivações e seus efeitos. Num segundo momento, junto a noções da psicanálise, procurei pensar os efeitos sociais, políticos e subjetivos dessa crise em sua relação com a globalização, o novo neoliberalismo e a popularização do uso das redes sociais digitais como meio preferencial de comunicação e de informação na contemporaneidade. Pensar suas implicações na temporalidade e na linguagem contemporâneas. Dentre os sintomas sociais identificados, objetos de exame deste ensaio, abordarei a radicalização dos impasses e das contradições sociopolíticas, o agravamento da agressividade, a polarização política e o sequestro da palavra na mediação das diferenças, como possibilitadora de um fazer-comum.

**Palavras-chave:** Crise da democracia; Política; Polarização; Tragédia; Psicanálise.

*[...] tive pela primeira vez a sensação de que alguma coisa podia acontecer; de que o sistema político em que, desde a minha infância, eu estava acostumado a viver, e que havia muito tempo visivelmente se fraturava, podia explodir de uma só vez.*

Michel Houellebecq, *Submissão* (2015)

## Prólogo

Dezenas, talvez centenas de pessoas aglomeram-se em uma rua de uma colorida cidade. Elas se encontram próximas a uma esquina que marca a confluência desta rua com uma seguinte, que a recorta. Parece fazer calor; um dia quente, ensolarado e agradável. Não se pode dizer o mesmo quanto a este outro tipo de clima, de acepção vulgar, que empregamos para nos referir ao estado de nervos das gentes em dado momento e em dado lugar. Contrastando o clima geográfico, esse outro clima, nada agradável, mas hostil, é o que se apresenta ao espectador da cena.

Das dezenas ou centenas de pessoas que ali se encontram, parte está voltada para um par, composto por um homem e uma mulher, que por ali trafega. Concentram suas atenções na mulher, uma conhecida atriz da tevê nacional. Não parecem contentes em vê-la. Uma tensão crescente paira no ar.

Um sujeito - anônimo, por sua vez - filma a cena que se desdobra diante de si, celular soerguido por sobre a cabeça. Outro traz no rosto uma expressão risonha. Parece divertir-se, mãos unidas diante do corpo. Um terceiro, tendo em mãos o que parece ser um saco de salgadinhos, observa atento enquanto come com vagar, absorto, como que esperando pelo que há de suceder. Sua espera, sua atenção, a expectativa parecem sugerir que ele presente: algo há de acontecer...

Algo acontecerá. Observamos a cena desde a perspectiva dessa mulher, atriz por profissão mas também atriz a protagonizar o drama que hei de narrar e descrever. De fato, o sinistro espetáculo a ser apresentado transcorreu nalgum dia do mês de julho do ano de 2016, em meio ao clima odioso que pairava sobre as radicalizadas e polarizadas manifestações populares a favor e contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Examinando-o com zelo, atentos a seus detalhes, talvez seja possível começar a perguntar pelo que foi esse momento histórico (e social e político), por aquilo que ele (nos) suscitava e segue suscitando. Façamo-lo nas linhas que se seguem.

Percorrendo, junto ao olhar da atriz, junto às lentes de sua câmera - responsáveis por registrar o episódio, posteriormente divulgado e compartilhado em suas redes sociais digitais<sup>1</sup> -, um giro panorâmico, vemos descortinar-se diante de nós novos personagens. Entra em cena um homem que, empunhando a bandeira do Brasil, grita, esbraveja raivoso contra a atriz - mão direita em concha, perpendicular ao canto da boca, para amplificar o som que produz. Um policial militar de expressão tesa e cerrada interpõe-se. Ele ergue e estica seus braços, ampliando sua envergadura por sobre o homem que grita numa tentativa de afastá-lo, de preservar a atriz que segue calma, ainda que pasmada diante da ofensiva.

A multidão começa a adensar-se ao seu entorno, constringendo e encurtando os espaços do arredor. Na sequência do movimento panorâmico, completando quase 180° graus, vemos pessoas que gravam, registram tudo o que se passa com seus celulares. Suas expressões faciais denotam um misto de curiosidade, prazer e excitação. Acirram-se os ânimos. A rua ecoa um retumbante e inflamado som de vaias: a massa, exasperada, expressa suas paixões.

Subitamente, uma mulher irrompe, saída em meio à multidão, destacando-se. Trajando uma camiseta preta gravada com a insígnia “República de Curitiba” em letras brancas, ostentando por sobre a testa uma faixa verde estampada com bandeiras do Brasil ao longo de sua extensão, anunciou, fazendo tremular vigorosamente uma bandeira do Brasil a duros golpes de braço: “Comunista!”, “Sem vergonha!” - esganiçava raivosa, boca aberta à máxima amplitude -, “Nossa bandeira jamais será vermelha!”. Sua voz falha diante da intensidade com que profere suas palavras, oscilando. Não obstante, ela repete: “Nossa bandeira jamais será vermelha!”.

O coro de vaias parece intensificar-se ao redor. Mais pessoas ajuntam-se em torno da atriz, que segue seu passo lentamente, contemplando o espetáculo.

“Sem vergonha! Acabou a mamata pra vocês!”, “A-ca-bou!”, “A-ca-bou!”, repete a mulher aos berros, espichando cada sílaba, prolongando-as como que para delas deleitar-se, num estranho êxtase, incompreensível ao vulgar espectador.

Ela passa a ficar para trás à medida que mais policiais militares aproximam-se, afastando-a com os braços. Ao fundo, ainda é possível escutar seus gritos: “Chora petista! Chora petista! Chora petista!”. Sua estridente voz ainda encontra forças para gritar, mas ela já figura,

---

<sup>1</sup> Por meio das quais tomei conhecimento do episódio que relato e descrevo.

anônima, em meio à massa novamente. As feições que assumiu seu rosto, no entanto, serão difíceis de esquecer.

A multidão, agora ainda mais adensada do que antes, inicia um brado, entoando em êxtase os seguintes cânticos: “A nossa / bandeira / jamais será vermelha! / A nossa / bandeira / jamais será vermelha!”. Seu cantar é rítmico e repetitivo. Parecem, neste instante, estar em plena comunhão.

A câmera da atriz - nossos olhos - segue seu escrutínio panorâmico. Novo personagem. Sobrevindo da massa, emerge um homem de meia-idade, cabelos negros, pele branca, camisa branca e azul. Dotado de olhar sereno e calma expressão, profere as seguintes palavras: “Sua puta! Sua puta!”. Ao fundo, mulheres idosas, também ornadas com adereços verde-amarelo, bandeiras do Brasil e faixas, sorriem, assentindo. Parecem felizes com a intervenção daquela espécie de porta-voz que *fala por elas*.

“Você é puta”, afirma novamente e serenamente o homem, gesticulando com a mão direita. Seu gesto é descompassado. Ele começa a retirar-se, volta-se nova e hesitantemente para a atriz, novo gesto, novo descompasso. Diria algo mais, mas, em sua hesitação, morrem as palavras que brotariam de sua tranquila boca, palavras natimortas na fonte. O que pensaria naquele momento? O que sentia? O que o levou a dizer o que disse, fazer o que fez? Por que hesitava? Calmamente, assim como entrou em cena, retira-se, voltando para a massa de onde emergiu. É hora de dar voz a outros personagens.

O celular chacoalha violentamente. Junto com ele, nossa visão e nosso discernimento. É preciso algum tempo para ressituar-nos. Fomos atingidos por um tapa. Escutamos um entrecortado “Pelo amor de Deus!”. Quem o teria dito? É a voz de um homem.

Ao rearranjar do foco da câmera, podemos identificá-lo. É um homem branco, idoso; tem olhos azuis e cabelos grisalhos. Está metido numa camisa de tom pastel, mangas arrematadas. “Vai embora!”, ele exclama, tentando afastar a atriz. Sua expressão é de incômodo e de descontentamento. A presença da atriz parece provocá-lo. É uma afronta.

“Tira ela daí!” - berra contrariado, incontinente, possesso, ao mesmo tempo que tenta empurrá-la. Seus movimentos confundem-se para nós, que temos nossos olhos cegados a cada vez que suas mãos interpõem-se à nossa visão, mãos atabalhoadas atingindo o celular.



“Sai fora!”, grita uma última vez ao ser afastado pela polícia militar, de aparição intermitente em nossa cena, demarcando, a cada vez, a cada aparição, o fim de um ato, o início de um novo. Num último, fugaz e evanescente sobrevoo, como pálpebras a fecharem-se, perscrutamos a massa, já indiscernível em seus cantos, gritos, gestos, injúrias, ruídos e protestos. Em seu obsceno deleite: riso e fúria.

\*

Presentemente, é com resignação e certa insensibilidade, normalidade, que escuto os relatos de acontecimentos tais como esse descrito acima - talvez piores. Mas nem sempre foi assim. Nascido e crescido num ambiente de prosperidade econômica, de consolidação das instituições democráticas, de expectativas e esperanças no país do futuro, a mim, os últimos anos provaram-se vertiginosos.

Era o ano de 2012. Dezesseis anos recém-completados, corri para logo ter garantido meu direito ao voto, ao exercício cidadão. Já não sei descrever os sentimentos pelos quais estava tomado - alegria, uma ingênua esperança própria aos anos pouco experimentados da juventude. Ainda sou capaz de escutar o apito de confirmação da urna: pela primeira vez estive ali sozinho, demorando-me propositalmente, a sensação de fazer parte de algo maior.

No entanto, a esses dias, paralelamente a meu ingresso e trajetória na faculdade, sucederam-se os acontecimentos marcantes de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Sofrera duros golpes nossa combalida democracia. Duas eleições, três presidentes, um impeachment. Muitos escândalos, algumas prisões; manifestações, protestos, greves e paralisações. Muitas rusgas, discussões e disputas, acusações infundadas, amizades desfeitas, ressentimentos e mágoas. Famílias distanciadas, laços rompidos. De lá para cá, de quando em quando volta-me à cabeça a espantada exclamação de Cícero ante os comportamentos de seus concidadãos: “*O, tempora! O, mores!*”<sup>2</sup>

Se hoje é com quase normalidade que testemunho os horrores e absurdos da política nacional (e internacional), os mandos e desmandos dos governos, o sofrimento e a impotência

---

<sup>2</sup> Algo como: “Ó, que tempos! Ó, que costumes!”

das gentes, os anos precedentes causaram-me forte *impressão*. Impressionavam-me a qualidade e a magnitude dos eventos políticos e sociais, surpreendentes, parecendo pertencerem à ordem do inacreditável, do intragável ou do intolerável. Do impossível. Essas impressões restaram como *marca* de um profundo, sísmico abalo - dolorosas desilusão e descrença nos *demos*, na *pólis*, no Homem.

Mas navegar é preciso.

*Criar* é preciso.

E é na urgência de tentar vencer a resignação e a insensibilidade, a desorientação que nos afeta a todos, que fui levado a escrever este trabalho. Escrevo-o como exercício necessário a alguém que, sujeito de seu tempo - histórico, social, político -, foi aturdido pelos eventos que tomaram lugar no mundo que nos cerca. Escrevo para dar lugar a uma elaboração possível. Para fazer passar ao registro da *experiência* aquilo que vi e vivi.

\*

A cena descrita acima *figura*, apresenta e representa um conjunto de fenômenos relacionados ao estado atual de nossa democracia, os quais pretendo fazer objetos de exame neste ensaio. São alguns deles a animosidade e a hostilidade, o agravamento da agressividade, a radicalização e a polarização sociopolíticas, o sequestro da palavra como mediadora das diferenças<sup>3</sup>. Mas atentemos para o fato de que se a tensão entre a atriz e a massa pode dar a entrever lados, partidos - num país politicamente dividido e polarizado tal como o nosso -, poderíamos evocar e descrever dezenas de outras cenas e acontecimentos nas quais os protagonistas e a massa seriam atribuídos a lados opostos. A circunstância e a conjuntura da cena são uma mas poderiam ser *simetricamente* invertidas - e é justamente essa simetria, fenômeno

---

<sup>3</sup> Noção cunhada por Karina Sassi em sua dissertação de mestrado, *Do paradoxo político às subjetividades contemporâneas: costuras psicanalíticas sobre o sequestro da palavra na mediação das diferenças* (2019).

polarizado, que é espantosa, índice de que estamos todos submetidos a esse fenômeno sociopolítico, seja ele qual for.

O que é que se nos passa, afinal?

É possível diagnosticá-lo?

Como na imagem poética de João Moreira Salles (2017), trata-se de um *intenso agora*. Agora: tempo do Acontecimento. E o Acontecimento, enquanto tal, é aquilo que, irrompendo, fende, rasga, retalha o tecido do tempo de modo irreversível. Depois de um Acontecimento, há um antes e um depois. Há Diferença. O Acontecimento, o agora, o tempo presente, são, por sua natureza, evanescentes, fugidios - são equívocos, plurívocos, escapam e resistem à compreensão e à significação. Significá-los demanda um trabalho de narração e de pensamento e estes, por sua vez, demandam *tempo*.

A atual circunstância sociopolítica e algumas características e especificidades de nosso tempo presente, como veremos, nos inserem no circuito de uma temporalidade abreviada. Observo que, por vezes, também no meio psicanalítico aderimos a esta, à brevidade que compele a urgência. E, fazendo-o, acabamos por apressarmo-nos por significar, compreender, dar sentido(s) a este *intenso agora*. Por explicá-lo por meio dos aportes teóricos e conceituais dos quais dispomos.

Em *Recomendações ao médico que pratica a psicanálise*, Freud (2010b) recomenda que somente depois de concluído o trabalho de escuta de um caso é que passemos ao que chama o “trabalho sintético do pensamento” - ao esforço de tentar compreendê-lo, de explicá-lo (p. 154). Frisa que, se nos apressamos por entendê-lo, pode ocorrer que não o bem escutemos. A consequência é que nem bem o escutamos, nem bem o compreendemos.

Outra consequência é que deixamos de tensionar nosso entendimento, nossos conceitos e nossas teorias em sua confrontação com a *experiência*. Assim, tanto a teoria quanto nossa compreensão restam estéreis, sem encontrar a negatividade dialética que lhes impõe o encontro com seus limites (e lhes faz aprimorar, enriquecer) e a escuta se faz ensurdecer. Antes da *certeza*, é preciso, portanto, um tempo de *suspensão*. Essa é a recomendação de Freud.

Evidentemente que, ao propor-me a escutar-ler<sup>4</sup> fenômenos da ordem do social, tenho, de saída, condições radicalmente diferentes das de uma escuta clínica, objeto da discussão de Freud nas *Recomendações*. A começar pelo fato de que não há um momento de conclusão do trabalho de escuta, uma alta ou um fim de análise no sentido do que se convencionou chamar de psicanálise em intensão - verdadeira análise interminável. No entanto, acredito preciosa e potente a recomendação por suspensão, por demora, por contemplação face a um momento em que somos impelidos à brevidade e à pressa. A precocidade diagnóstica empobrece a escuta, a compreensão e, penso, afasta-nos do bom caminho - o caminho do trabalho do pensamento<sup>5</sup>.

Essa é a razão pela qual - notar-se-á - propus-me a abordar nossa atualidade sem lançar mão de autores e saberes relativos ao campo da psicanálise num primeiro momento (Parte I). Pelo contrário, propus-me, aqui, a ensaiar uma escrita que desse lugar à contemplação de nosso presente, do circuito dos afetos<sup>6</sup> que o encampam - e dos efeitos e consequências que esses implicam -, perguntando-me por suas (des)razões sócio-históricas. Para isso amparei-me em uma série de autores de outros campos das humanidades: filósofos, sociólogos, cientistas políticos, historiadores, jornalistas - somente depois recorrendo a noções da psicanálise para encetar qualquer espécie de hipótese explicativa (Parte II). Partindo da cena que dá início a este ensaio, tratou-se, mais do que tentar explicar o que se passa, de esforçar-me por suspender os juízos apressados...

...e escutar.

---

<sup>4</sup> Para Lacan (1975), mais do que uma escuta, Freud operava uma *escuta-leitura* de seus pacientes, do Inconsciente (pp. 2-3).

<sup>5</sup> De um pensamento dialético, *pensante*, que, em filosofia hegeliana, opõe-se a um pensamento não-dialético, *pensado*. Cf. *Hegel como mestre de pensar* (Meneses, 1996).

<sup>6</sup> Noção cunhada pelo filósofo Vladimir Safatle (2015) em seu livro homônimo. Ver p. 17.

## Parte I

### Crise da democracia, tragédia contemporânea

Ao passo que narrava a cena do Prólogo, *figura-síntese* de uma série de afetos e perguntas e espanto que tanto mobilizam-me, uma expressão - por mim mesmo empregada - chamou-me a atenção: “o coro de vaias”. Um Coro. Como num desfile, em sucessão intercalavam-se em meus pensamentos imagens provenientes das tragédias gregas que li - protagonistas, sozinhos, tendo de enfrentar a provação diante da oposição de seus concidadãos. Estes últimos representados cenicamente por um Coro. Pensemos em Antígona desafiando a cidade e suas leis. A analogia entre a cena do Prólogo e a tragédia clássica grega compeliu-me ao reencontro com o gênero por razões que me escapavam àquele momento. O mito, a fantasia, a ficção são antigos recursos para dar conta de uma realidade que nos escapa à compreensão desde tempos imemoriais. Face a um *intenso agora*, voltei-me para a tragédia.

Um dos fatos que me chamaram a atenção ao retomar o estudo crítico do gênero foi o de que o teatro e, mais especificamente, a tragédia clássica grega nasceram no mesmo momento histórico que a democracia. Para o professor de teoria da literatura Adilson dos Santos (2005), isso não se deu por obra do acaso: a tragédia, enquanto forma *expressiva*, decorre das conflituosas mutações provocadas na sociedade grega pela implementação desse novo sistema de organização política; faz-se representação ficcional dessa conflitiva. Se as leis dos tiranos regentes eram, antes, de alguma forma relacionadas às leis dos deuses, as leis da cidade seriam agora decididas pela fraternidade daqueles que se reconheciam enquanto *iguais*, cidadãos. Como destaca Santos, há um pensamento jurídico em pleno trabalho de elaboração - e que irá chocar-se com o pensamento mítico-aristocrático que regia o convívio social até então (p. 47).

O que passaríamos a ver nos palcos gregos, seria, elucida Santos, a expressão estética do confronto dessas duas categorias, mítica e jurídica; a expressão do confronto entre o passado (mitológico, tradicional) e o presente da nova *pólis* democrática. Esse momento histórico, o professor caracteriza-o como uma fase de transição entre um conjunto de valores marcadamente religiosos, do *oikos* (lar), e os novos valores democráticos. A tragédia nasce “quando se começa

a olhar o mito com os olhos de cidadão<sup>7</sup>”. Sob esse olhar, “tanto o universo do mito quanto o mundo da cidade perdem a sua consistência e passam a ser alvos de questionamentos” (Santos, 2005, p. 47). Foi na expressividade estética da ficção trágica (bem como na Filosofia, nascente) que esses questionamentos encontraram forma.

Ainda segundo o professor, esse confronto entre o passado e o presente, entre o mito e a democracia, entre as leis dos deuses e as leis da cidade, entre valores colidentes é representado, na tragédia clássica grega, pela franca contraposição na qual geralmente se encontram protagonista e Coro nas peças. Sua relação na estrutura de uma tragédia era habitualmente marcada por certa tensão - uma *hybris*. Ao Coro, salienta, diziam respeito os valores da nova *pólis* - novos valores, essencialmente democráticos; ao protagonista, herói partícipe do universo lendário, da aristocracia, os valores decadentes dessa mesma (p. 48). Enquanto este último, mais individualizado, representa a situação de alguém “sempre mais ou menos estranho à condição comum do cidadão”, o Coro, mais coletivo e anônimo, exprime, “a seu modo, diante do herói [...] a verdade coletiva, a verdade média, a verdade da cidade<sup>8</sup>”. É uma espécie de “eco da sabedoria popular<sup>9</sup>”. Assim, para a filóloga e helenista francesa, Jacqueline de Romilly, a função do Coro numa tragédia é justamente intervir, suplicar, esperar... expressar suas paixões, temores e julgamentos (1998 como citado em Santos, 2005, p. 61). Expressar sua verdade.

Se, considerando que a tragédia, desde suas origens, dá forma e expressão a questionamentos sobre os conflitos e mutações da *pólis*, lêssemos nossa cena de abertura *como* tragédia, que verdade habitaria as coléricas paixões exprimidas pelo Coro, pela massa? Que verdade habitaria as imprecações endereçadas à atriz-protagonista? O que as justificaria? Que conflito, que *hybris* essas manifestações desvelariam? Há de haver, penso, uma razão para tamanha reação, tamanho descontrole. A presença da atriz diante da massa motivava incômodo, descontentamento; fazia-se provocação, afronta. O que suscitaria, o que *representaria* para a massa?

---

<sup>7</sup> Vernant & Vidal-Naquet, 1999, p. 10 como citado em Santos, 2005, p. 47.

<sup>8</sup> Vernant & Vidal-Naquet, 1999, p. 274 como citado em Santos, 2005, p. 60.

<sup>9</sup> Brandão, 1992 como citado em Santos, 2005, p. 61.

Ao dirigir a palavra à atriz, a mulher a quem de bom grado eu designaria o papel de Corifeia<sup>10</sup>, anunciou que a mamata acabou “pra vocês”. É no plural que ela se refere à atriz. Por que tem de fazê-lo? A qual conjunto refere-se, nele incluindo aquela a quem designamos o papel de protagonista? Notemos ainda que, ao fazê-lo, conserva a estrutura de uma tragédia: põe em contraposição protagonista e Coro, a quem representa.

A atriz que caminhava ante à multidão, protagonista de nossa tragédia, havia se posicionado, à época, contra a abertura do processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Ao fazê-lo, voluntária ou involuntariamente, sabendo-o ou não, passou a *representar* um *tipo* social. Vestiu uma *máscara*. No teatro grego, as máscaras representavam não um indivíduo, um personagem, mas um *tipo*: rei, tirano, rainha, mensageiro, deus, sátiro, idoso, etc. Tendo vestido sua máscara, a atriz passou a representar para a massa um tipo social (“vocês”) - ainda que naquele momento talvez apenas quisesse ser e representar ela mesma. Eis aí encenado nosso conflito, nossa *hybris* contemporânea nos palcos shakespearianos do mundo<sup>11</sup>. É na posição de *representante* que a atriz suscita reações em uma massa que tem também de *performar* esteticamente suas paixões (*pathos*). É um teatro - uma tragédia contemporânea.

Tal qual a imagem de Eugênio Bucci (2016), essas intervenções estéticas sobre a cidade, sobre a *pólis*, fizeram do asfalto, folha de papel; do corpo humano, pena: pena que escreve, que comunica, que performa, que *representa* (pp. 36-37). Em seu livro, *A forma bruta dos protestos: Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*, Bucci propõe interpretar os protestos e as manifestações populares recentes a partir do ponto de vista da estética - de sua dimensão performativa, expressiva, representativa. É de modo semelhante que aqui procedo, lançando mão, porém, dos elementos estruturais da tragédia grega. Daí a proposição de interrogar a cena do Prólogo e nosso tempo presente *como* tragédia, a partir de seus elementos e suas respectivas funções.

Faço-o porque, tal como no momento histórico do surgimento da tragédia grega (e da democracia ateniense), parece-me que nosso momento presente também testemunha um intenso embate entre valores conflitantes. Esses valores estão encenados, representados na cena de

---

<sup>10</sup> Na tragédia grega, o membro destacado do Coro, seu representante. O único a poder cantar sozinho e a dialogar diretamente com os atores principais.

<sup>11</sup> “O mundo é um palco; os homens e as mulheres, meros artistas, que entram nele e saem”. Célebre abertura da peça *As You Like It* de Shakespeare.

abertura; seu embate, na oposição figurada entre protagonista e Coro. À diferença dos gregos, no entanto, o instaurador de nosso conflito não é o advento da democracia, mas a colocação em questão do consenso de que a democracia representativa é uma forma eficiente - ou desejável - de governo. O que passou a estar em questão não foi a democracia em si, mas seu funcionamento: não é a democracia que é rejeitada, mas o modo como está (ou não) funcionando. Trata-se de uma *crise da democracia* - a crise de seu modelo representativo.

\*

Se a tragédia clássica, como afirma Santos (2005), fazia-se “expressão crítica de um desequilíbrio<sup>12</sup>” social, “ou, melhor ainda, como a manifestação estética do incerto momento de constituição de um equilíbrio novo” (p. 49), a nossa, contemporânea, também o faz. São os conflitos sociais, políticos, ideológicos e mesmo existenciais que a contemporaneidade e sua *hybris* colocam para a *pólis* que essas manifestações radicalizadas e polarizadas explicitam - desvelam. Essas intervenções, proponho lê-las como *sintomas sociais*: interpelá-las tal como se nos apresentam, em suas formas manifestas, mas também perquirindo aquilo que a elas se faz subjacente, latente - essa *hybris* da qual se fazem expressão. Se o fazemos, torna-se possível escutar algo mais. E à pergunta “o que se nos passa”, o Coro apresentará sua resposta.

De modo que, agora, é preciso que indaguemos: que *hybris*, que desequilíbrio social, que *caos* é esse cujos abalos já podemos sentir todos? Que forças conflitantes são essas, figuradas por protagonista e Coro, que o engendram? Em torno e acerca de que se organiza essa conflitiva? De que modo ela concerne à crise do modelo representativo de democracia enunciada?

Veremos mais detalhadamente, a seguir, que o conjunto de valores associado ao tipo social representado pela protagonista tornou-se, nos anos precedentes, objeto da ira do Coro. Esses valores - um dia afins ao Coro, hoje por ele renegados - estão relacionados ao consenso liberal que alicerçou a base dos modelos representativos de democracia predominantes no Ocidente contemporaneamente, consenso hoje posto em questão. É precisamente o fato de que o Coro, outrora partícipe desses valores, hoje renegue-os que sinaliza a procedência da crise desse

---

<sup>12</sup> Também chamado, na tragédia clássica grega, *caos* ou *desmesura* (*hybris*).



modelo, a crise das democracias liberais representativas - figurada na cena como oposição entre Coro e protagonista. Esta última, na tentativa de conservar a ordem atual, tornando-se *representante* desses valores.

Como indiquei acima, ao Coro, na tragédia clássica, cabe expressar suas paixões, seus temores e julgamentos; intervir de modo a exprimir sua verdade. Se o Coro reage colérico diante da representação desses valores liberais (e daqueles que movem forças para sua conservação) é porque está frustrado, ressentido, desiludido - eis o circuito de seus afetos.

O Coro clama por mudança...

Para pensar a crise da democracia representativa e suas manifestações performático-sintomáticas amparo-me nas proposições apresentadas por Vladimir Safatle em *O circuito dos afetos* (2015). Ali, o filósofo argumenta que não é possível pensar os processos de formação e dissolução de corpos políticos, do estabelecimento e rompimento de consensos e pactos sociais - sejam eles explícitos ou implícitos - sem levarmos em consideração o circuito de afetos que corre paralelamente a esses registros - mas que os implica de maneira decisiva; talvez, mesmo, os agenceie. A política e o poder, em última instância, a despeito da maneira com que os formalizemos, concernem às relações intersubjetivas e ao *convívio* (con-viver: viver juntos), são regulados (e afetados) por esses registros eminentemente *afetivos*, dinâmicos, variáveis. Como relembra Hannah Arendt (2018), afinal, a política não é feita de abstrações, mas de *corpos*. Corpos que agem e falam. Corpos políticos.

Atentemos para e aprendamos com os afetos, atos e falas do Coro, portanto: os coreutas sentem-se traídos posto que seus grandiosos sonhos de mundo, suas utopias - gestados em meio à euforia motivada pelas sucessivas façanhas realizadas, possibilitadas por esse consenso que parecia mostrar-se cada vez mais e mais promissor -, provaram-se nada menos que quebrantáveis castelos de areia. Na cena do Prólogo, o Coro, os Corifeus anunciam, ante a defensora dos

valores liberais, ante aquela que se esforça por conservá-los, a chegada de forças de mudança - democracia representativa posta em questão.

Antes de apresentar essas forças de mudança (e de conservação), cabe retomar que expectativas, sonhos e utopias despontaram da organização de nossas sociedades ocidentais em torno do estabelecimento desse consenso liberal; que façanhas alcançadas, proezas realizadas. Cabe também demonstrar de que maneira essas expectativas, sonhos e utopias deram lugar à profunda desilusão e ao ressentimento denunciados pelo Coro em seus gestos e maledicências; de que maneira cultivaram na *pólis*, antes sonhadora, a indignação, a revolta, o desejo - mais do que de justiça - de *vingança*. Trata-se, nessa Primeira Parte, de melhor compreender o que levou à crise das democracias liberais para então passarmos, na Parte II, à discussão de seus efeitos e consequências sociais, políticos, subjetivos; à análise do conjunto de fenômenos-*sintoma* a partir de então passíveis de serem observados: a radicalização dos impasses e contradições sociopolíticas; o agravamento da agressividade; a polarização política que dividiu países; o sequestro da palavra na mediação das diferenças, como possibilitadora de um fazer-comum.

\*

## De expectativas e euforia...

No refluxo do que aparentou ser a derrocada da civilização ocidental - sua suplantação pela barbárie, instauração do *horror* -, a Segunda Guerra Mundial, sucedeu-se uma série de iniciativas, pactos e acordos de cooperação entre nações e povos que pareceu iluminar um horizonte utópico de integração, paz e mutualismo. Com a reestruturação das nações (desenvolvidas<sup>13</sup>) e de suas economias, antes devastadas pela guerra, viveram-se anos de prosperidade e esperança: testemunhou-se o *boom* econômico do pós-guerra - com seus *milagres econômicos* - que levou à decorrente e sensível melhora da qualidade de vida das populações, ao pleno emprego, à aproximação dos mercados nacionais, ao *baby boom* e à consolidação das democracias representativas, liberais (excetuando-se, evidentemente, o bloco soviético que veio a constituir-se), e do projeto político de Bem-Estar Social. Esse período, que se estende até meados de 1975, foi chamado *les Trente Glorieuses* pelo economista francês Jean Fourastié (1979), denominação que veio a popularizar-se, assumindo ampla utilização.

Esses acordos de cooperação e a aproximação dos mercados nacionais conduziram a uma acelerada internacionalização da economia que persiste e segue intensificando-se ainda hoje. Nesse período deu-se o surgimento de instituições políticas e econômicas internacionais, como o GATT, o FMI, o BIRD, a FAO, entre outras. Ele é caracterizado pelo crescimento do comércio e investimentos externos, pela execução de planos de expansão (como o Plano Marshall) nos países desenvolvidos (mas também nos países em desenvolvimento) e pelo estabelecimento de uma nova divisão internacional de trabalho (influenciada pela consolidação das novas empresas transnacionais) (Rattner, 1995, p. 68).

Para Heinrich Rattner, economista austríaco radicado no Brasil, a globalização tem localizados aí seus primórdios (p. 68). Como veremos, trata-se de muito mais que um fenômeno econômico, implicando também os planos sociopolíticos, culturais, tecnológicos, informacionais e da comunicação. Implicando, em suma, os rumos da História humana.

Puseram fim ao período áureo dos *Trente Glorieuses* as tensões da Guerra Fria, as convulsões políticas, sociais, culturais e, mesmo, existenciais e as crises econômicas globais (do

---

<sup>13</sup> Notadamente os países pertencentes a OECE (e, posteriormente, OCDE), em decorrência da implementação do Plano Marshall.

ação, do petróleo) que tomaram lugar nas conturbadas décadas de 1970 e 1980<sup>14</sup>. Ao final da década de 1980 e no início da década de 1990, no entanto, a História conheceu os eventos que vieram a sinalizar, por sua vez, nova reviravolta: a queda do muro de Berlim e a reunificação alemã, a dissolução da URSS e o fim da Guerra Fria. Reinava agora, sozinha, absoluta, uma única ideologia, vencedora dessa guerra ideológica. Para Francis Fukuyama (1992), a História conhecia, aqui, seu *fim*.

O triunfo da ideologia capitalista sobre a comunista resultou na adoção da primeira pelos países antes sob influência do bloco soviético, bem como na implementação de democracias liberais como sistema de governo desses mesmos países. Por muitos, esse momento foi visto com grande euforia como a vitória definitiva dos valores liberais - as liberdades civis, econômicas, de propriedade, de expressão, o direito ao voto - sobre a tirania dos regimes não-liberais ainda vigentes.

Para o cientista político nipo-americano Francis Fukuyama (1992), deu-se, a essa época, à medida que esse sistema prevalecia ante às ideologias rivais (como a monarquia hereditária, o fascismo e, mais recente, o comunismo), em todo o mundo, o estabelecimento de um *consenso* notável relativo à legitimidade da democracia liberal como o melhor sistema de governo já concebido. É em razão da amplitude desse consenso que Fukuyama argumenta em seu livro, *The End of History and the Last Man*, que a democracia liberal talvez constitua o “ponto final da evolução ideológica humana”, a “forma final de governo humano” e, conseqüentemente, demarque a chegada do “fim da história<sup>15</sup>” (p. xi).

Trata-se de um momento histórico caro à nossa reflexão posto que marca o triunfo, o predomínio global e, mesmo, a globalização do consenso liberal capitalista cujos valores apresentei como fundantes nas páginas que abrem essa Primeira Parte; como base dos modelos liberais-representativos de democracia que passaram a predominar no Ocidente. Como indicado,

---

<sup>14</sup> Denominadas, em alusão à denominação de Fourastié, *les Trente Piteuses* (os trinta lamentáveis) pelo ensaísta francês Nicolas Baverez. Cf. Baverez, N. (1998). *Les Trente Piteuses*. Paris: Flammarion.

<sup>15</sup> Suas teses já foram suficientemente criticadas para que tenha eu, aqui, de fazê-lo. Contudo, que um cientista político argumente, como Fukuyama o fez, que “a democracia liberal está livre”, enquanto sistema de governo, “de contradições internas” (à diferença dos demais sistemas), e que o ideal de democracia liberal é perfeito e, em razão disso, “não pode ser melhorado” (p. xi) ilustra precisamente o grau de euforia que desejo evidenciar em relação ao consenso liberal que se estabelecia àquele momento.

o desequilíbrio social, a *hybris* contemporânea que hoje enfrentamos orienta-se em torno desse consenso, com forças contrapostas postando-se em prol de sua conservação ou de sua mudança.

Se hoje sentimos os abalos ocasionados por esse desequilíbrio, a ampla aceitação do consenso liberal, calcada nas expectativas de que seus caminhos conduziriam-nos - como vinham, aparentemente, conduzindo - à realização econômica, social, política e existencial, fazia-se naquele tempo mantenedora, garantidora dum equilíbrio. Esse equilíbrio enfrenta, hoje, sua *dissolução*: para Žižek<sup>16</sup>, a implosão do *establishment* liberal político ao redor do mundo (EUA, Grã-Bretanha, Brasil, etc.) não é senão *sintoma*, efeito - e não causa - da desintegração desse consenso liberal capitalista.

Tornaremos a discuti-lo. Por ora, apenas frisarei o fato de que, à época de seu triunfo e implementação global, homogênea, o consenso liberal suscitava expectativa e euforia: vivenciava-se, após os conturbados anos 1970-1980, um novo período, sem precedentes, de prosperidade econômica<sup>17</sup> e de acelerado desenvolvimento tecnológico.

Com a terceira revolução industrial concretizada nas décadas anteriores e o super-desenvolvimento da técnica, da tecnologia e da comunicação - possibilitados pelo avançado processo de globalização -, sonhavam-se novamente as utopias de uma sociedade melhor, mais justa - renovada fé no *homo technologicus*. Popularizava-se o acesso aos aparelhos celulares móveis, aos computadores pessoais, à rede mundial de computadores. Um novo mundo emergia - virtual, informatizado -, compondo-se ao nosso, modificando-lhe, aprimorando-lhe. Para muitos, tratava-se de uma *nova era*: construção de uma sociedade sem fronteiras de tempo nem de espaço, sem regulamentação de qualquer Estado, governo ou interesse; de livre circulação da informação; de construção coletiva, mútua, do saber; de solidariedade. Utopia virtual-informacional verdadeiramente democrática<sup>18</sup>.

Com o avançar dos anos, no entanto, esses dispositivos provaram-se uma *peripeteia*. Aristóteles (1991, p. 258) define a *peripeteia* (peripécia) como o momento da tragédia onde um acontecimento, quase sempre imprevisto, altera completamente o rumo da ação, invertendo a

---

<sup>16</sup> Cf. Žižek: A eleição de Bolsonaro e a nova direita populista (*Blog da Boitempo*, 2018).

<sup>17</sup> O Brasil, assim como muitos outros países, só viriam a conhecer prosperidade uma década depois.

<sup>18</sup> De fato, um dos efeitos da globalização enquanto processo, para além de econômico, social e cultural, é o aprofundamento e a multiplicação das conexões (possibilitados pelo avanço da tecnologia) ao redor do globo, das trocas de informação, do aprimoramento das redes de comunicação.

marcha dos eventos. Há uma súbita mutação daquilo que pareciam ser sucessos em seu contrário. É esse acontecimento que precipita o desenlace trágico - *katastrophé* (catástrofe).

O que sucedeu, assim, foi na realidade a amplificação da desinformação e de seu uso para fins de manipulação política (o que levou alguns autores a qualificar nosso tempo como a *era da pós-verdade*<sup>19</sup>). Discutiremo-lo na Segunda Parte. Por ora, apresentarei uma série de outros efeitos nocivos às nossas democracias contemporâneas, engendrados em decorrência das configurações de nosso *novo mundo*.

\*

---

<sup>19</sup> Cf. *A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump* (Kakutani, 2018); *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news* (D'Ancona, 2018).

## ...À desilusão e indignação

A partir das décadas de 1980-1990, mas principalmente após 2008, lembra-nos o historiador britânico Perry Anderson (2017), passou-se a implementar mais contundentemente políticas econômicas de cunho neoliberal - ordem política e econômica aceita indistintamente por governos de centro-direita e de centro-esquerda, salienta. Articuladas às novas configurações dos mercados nacionais e internacionais e do trabalho, essas políticas conduziram à desregulamentação, à informatização e à financeirização dos mercados. Promoveu-se, assim, a substituição do predomínio do capital produtivo pelo do capital especulativo. Essas novas configurações políticas, tecnológicas e socioeconômicas - também implicadas pelo processo globalizatório - passaram a produzir efeitos regressivos nas economias nacionais<sup>20</sup>. Teme-se, mesmo, que, com a desaceleração dos mercados, venhamos a enfrentar uma nova crise financeira global<sup>21</sup>.

Os teóricos do neoliberalismo Dardot e Laval<sup>22</sup> (2019) ressaltam que três ou quatro decênios de *neoliberalização* afetaram profundamente a sociedade, “instalando em todos os aspectos das relações sociais situações de rivalidade, de precariedade, de incerteza, de empobrecimento absoluto e relativo”. Passamos, então, a testemunhar, a partir do estabelecimento do consenso liberal e da ampla implementação da ideologia neoliberal, as cíclicas crises econômicas, a ultra-concentração de renda<sup>23</sup> e o aprofundamento da pobreza e da miséria - agravamento do abismo econômico que torna ricos mais ricos e empobrece ainda mais os pobres. Passamos a testemunhar a precarização do trabalho e o aumento do desemprego ao

---

<sup>20</sup> No momento em que escrevo, a previsão mais recente do FMI para o crescimento da economia mundial no ano de 2019 projeta um crescimento anual de apenas 3,2%. Se essa taxa vier a se confirmar, será o pior ano desde 2009, quando a crise financeira de 2008 conduziu-nos a uma recessão global. Cf. International Monetary Fund. (2019). *Sluggish Global Growth Calls for Supportive Policies*. Recuperado em 30 de julho, 2019, de <https://blogs.imf.org/2019/07/23/sluggish-global-growth-calls-for-supportive-policies/>

<sup>21</sup> Quiçá também ela fruto de nosso caos, visto que relacionada à guerra comercial iniciada por Trump contra a China e à incerteza provocada pelos desdobramentos do Brexit. Cf. Roubicek, M. (2019, agosto 16). Quais os riscos de recessão global. E os efeitos no Brasil. *NEXO*. Recuperado em 23 de setembro, 2019, de <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/08/16/Quais-os-riscos-de-recess%C3%A3o-global.-E-os-efeitos-no-Brasil>

<sup>22</sup> Autores de *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (2017).

<sup>23</sup> Onde 1% dos mais ricos detém a mesma riqueza dos 3,8 bilhões mais pobres, 50% da humanidade (Maciel, 2019).

redor do mundo. Somando-se a tudo isso, as populações passaram a deparar-se com a crescente concentração da renda global nas mãos de uma pequena “elite operacional” beneficiária do processo da globalização. Assim,

A hostilidade à economia globalizada mudou das margens para o centro do discurso político. Tornou-se corriqueiro questionar um sistema econômico apresentado de início como fonte segura de crescente prosperidade e que, naquele momento [durante e depois da crise econômica de 2008], pareceu terrivelmente vulnerável aos caprichos de sua elite operacional e - talvez pior - ajustada para beneficiar aquele mesmo grupinho, enquanto os padrões de vida estagnavam ou caíam para os restantes 99%<sup>24</sup>. Em grande parte, os contra-argumentos estatísticos em apoio à globalização agravaram a indignação. (D’Ancona, 2018, p. 43)

Como aponta o jornalista britânico Matthew d’Ancona<sup>25</sup> (2018), a crise financeira de 2008 explicitou o fato de que “algumas instituições eram ‘grandes demais para quebrar’”, ao passo que o preço a ser pago por seus “caprichos” teria de ser custeado pelas pessoas comuns. O “desastre”, destaca, “só foi evitado pelos imensos e dolorosos resgates financeiros dos próprios bancos responsáveis pelo desastroso colapso. [...] as pessoas comuns pagavam o preço da recessão subsequente e dos cortes dos serviços públicos impostos pelos governos cientes do déficit” (pp. 42-43). E foram justamente esses efeitos destrutivos nas condições econômicas e de vida das pessoas assalariadas (Dardot & Laval, 2019) associados às prioridades governamentais na gestão da crise (Castells, 2018) que fez com que essas pessoas se sentissem abandonadas e traídas por seus Estados.

Michiko Kakutani<sup>26</sup> (2018) aponta em seu livro sobre a “era Trump” que um grande ressentimento disseminou-se por entre a classe operária branca nos Estados Unidos e em grande parte da Europa Ocidental. Exacerbado pelas mudanças demográficas e dos costumes sociais, agravado pela crescente desigualdade de renda (que foi acelerada pela crise financeira de 2008), esse ressentimento fez com que os membros dessa classe sentissem-se cada vez mais

---

<sup>24</sup> Como afirmou Warren Buffett, bilionário americano favorável à taxaçaõ dos super-ricos, em 2011: Tem “havido uma luta de classes nos últimos 20 anos, e a minha classe venceu. Nós é que tivemos nossos impostos reduzidos significativamente”. Cf. Buffet: ricos venceram a luta de classes. (2011, setembro 30). *Extra*. Recuperado em 23 de junho, 2019, de <https://extra.globo.com/noticias/economia/buffett-ricos-venceram-luta-de-classes-2678952.html>

<sup>25</sup> Colaborador e colunista de jornais como *The Guardian* e *The New York Times*, entre outros.

<sup>26</sup> Crítica literária e ex-crítica literária chefe do *The New York Times*.



marginalizados, injetando “uma nova dose de incerteza e angústia na vida cotidiana” (p. 27). Para Manuel Castells (2018), sociólogo espanhol, essa afirmação - de que o ressentimento diz respeito à classe operária branca - é apenas parcialmente correta<sup>27</sup>. Em seu livro *Ruptura: a crise da democracia liberal* (2018), são justamente esses sentimentos de ressentimento, de indignação e de revolta diante do Estado que constituem seus objetos de investigação.

O autor ressalta que a globalização da economia e da comunicação foi responsável por desestruturar as economias nacionais e por limitar a capacidade dos Estados-nação de responder, por meio de suas capacidades e competências, a problemas que são globais na origem<sup>28</sup>. Além disso, destaca que as consequências negativas da globalização atingiram, em todo o mundo, especialmente os setores populares da sociedade: desvalorizou-se enormemente o trabalhador local<sup>29</sup>, alijado pelas mudanças tecnológicas, afetado pela desregulamentação trabalhista e padecente dos efeitos da deslocalização industrial. Para o autor, a desigualdade social resultante entre profissionais qualificados (e globalizados) e trabalhadores locais desvalorizados é a mais alta da história recente (p. 18).

Ainda assim - a despeito de todos esses efeitos, argumenta Castells -, para não ficarem de fora da nova economia (e da nova divisão de poder), os governos nacionais decidiram integrar-se à economia globalizada, criando uma nova forma de Estado: o “Estado-rede”. Este surge a partir da articulação econômica e institucional dos Estados-nação, “que não desapareceram, mas se transformaram em nós de uma rede supranacional para a qual transferem soberania em troca de participação na gestão da globalização” (p. 19). Castells chama a atenção para o fato de que quanto mais os Estados-nação se distanciam das nações que eles representam - incapazes de resolver seus problemas e mantendo seus cidadãos à margem de decisões essenciais, porque tomadas fora das instituições nacionais de representação direta -, mais se dissociam Estado e nação, ocasionando uma *crise de legitimidade* e, conseqüentemente, uma *crise de*

---

<sup>27</sup> Trata-se, como demonstra ao analisar os dados estatísticos do voto de protesto em Trump nas eleições presidenciais norte-americanas de 2016, não da classe operária, mas do conjunto do voto branco, transcendendo classes sociais (Castells, 2018, p. 48). O fenômeno, mais do que econômico - ou de classe -, é *identitário*.

<sup>28</sup> Problemas tais como as crises financeiras globais (em vista da interdependência dos mercados mundiais), a violação dos direitos humanos, a migração (sobretudo de refugiados), as mudanças climáticas, a economia criminosa ou o terrorismo (Castells, 2018, pp. 17-18).

<sup>29</sup> Que Castells opõe aos cidadãos instruídos e capazes de competir numa economia globalizada, “elite cosmopolita”.

*representatividade*: a crise dos modelos representativos, liberais, de democracia (p. 19). Consenso liberal posto em questão.

Acrescente-se ao ressentimento (e à conjuntura política e socioeconômica atual exposta acima) a constatação<sup>30</sup>, da parte de populações ao redor de todo o globo, da corrupção sistêmica e sistemática de suas classes políticas e teremos, para Castells, uma explicação para a causação da crise de legitimidade e de representatividade descritas em *Ruptura* (pp. 23-25). O sociólogo argumenta que a recorrente frustração das esperanças depositadas nos partidos e nos políticos enquanto *agentes* de mudanças e melhorias na vida coletiva vai erodindo a legitimidade dos representantes ao mesmo tempo que vai substituindo a resignação por indignação<sup>31</sup>. Daí as amplas mobilizações populares contra o *sistema* de partidos políticos e contra as próprias democracias parlamentares sob o lema “*Não nos representam!*” que passamos a testemunhar nos últimos anos<sup>32</sup> (p. 8). Seria essa a razão pela qual, em nossa cena, o Coro reage colérico diante da *representação* dos valores liberais? De seus representantes? Encontraríamos, nos parágrafos acima, pistas para o estabelecimento de uma genealogia possível do circuito de afetos nela figurado?

Como apontei com Žižek, a implosão do establishment liberal de centro e a emergência de movimentos anti-sistêmicos não são senão sintomas da dissolução do consenso liberal que amparava as bases das democracias liberais vigentes e o equilíbrio social de até então. Foi na esteira dessas frustrações, rejeições e indignações que se apresentaram lideranças políticas

---

<sup>30</sup> Verificada por meio das pesquisas sociológicas de Castells (2018).

<sup>31</sup> Em convergência com os dados encontrados por Castells estão os resultados obtidos pelo *fact tank* Pew Research Center (2019) em pesquisa realizada entre maio e agosto de 2018 com o objetivo de entender as causas do descontentamento com a democracia. Foram entrevistadas 30.133 pessoas em 27 países, inquirindo-as sobre questões econômicas, políticas, sociais e de segurança pública. Três são as percepções das populações que provocam maior descontentamento com a democracia: que as eleições trazem poucas mudanças; que os políticos são corruptos e inacessíveis; e que os tribunais não tratam as pessoas de forma justa. Constatou-se, ainda, uma forte correlação entre a satisfação com o funcionamento democrático e o estado da economia nacional (bem como a percepção de que as elites políticas são - ou não - corruptas e que se preocupam - ou não - com o que pensam os cidadãos comuns). Em 26 dos 27 países pesquisados, aqueles que consideraram não poder melhorar de vida estiveram mais propensos a avaliar negativamente o funcionamento da democracia em seus países. Cf. Pew Research Center. (2019). Many Across the Globe Are Dissatisfied With How Democracy Is Working. Discontent is tied to concerns about the economy, individual rights and out-of-touch elites. Recuperado em 16 de setembro, 2019, de: [https://www.pewglobal.org/wp-content/uploads/sites/2/2019/04/Pew-Research-Center\\_Global-Views-of-Democracy\\_2019-04-29.pdf](https://www.pewglobal.org/wp-content/uploads/sites/2/2019/04/Pew-Research-Center_Global-Views-of-Democracy_2019-04-29.pdf)

<sup>32</sup> Dentre as quais, em meio a exemplos, Castells arrola o caso brasileiro.

negadoras das formas institucionais e partidárias existentes, como Trump, Le Pen, Macron - a quem Castells chama o “coveiro dos partidos” - e os políticos britânicos favoráveis ao Brexit<sup>33</sup> (2018, pp. 8-9). Ao se contraporem ao “*sistema*” ou *establishment*, ao denunciarem suas falhas, seus vícios e sua incapacidade de solucionar as mazelas oriundas da globalização, essas lideranças fariam-se expressões significativas de uma ordem ou de um “*caos pós-liberal*” na medida em que denunciam a (suposta) falência e o (suposto) esgotamento de nossos modelos democráticos liberais, que desafiam suas instituições e que se apresentam como solução (econômica, política, moral, etc.) (Castells, 2018, p. 8). Eis aí, apresentadas, as *forças de mudança* de que falávamos no início desta Parte - forças, portanto, *pós-liberais*<sup>34</sup>.

\*

---

<sup>33</sup> Essa também é a opinião de Steven Levitsky, cientista político, professor em Harvard e um dos autores de *Como as democracias morrem*. Cf. Beraldo, P. & Marques, V. (2019, maio 13). Levitsky: Crise econômica e corrupção contribuem para insatisfação com a democracia. *O Estado de S.Paulo*. Recuperado em 10 de junho, 2019, de <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,crise-economica-e-corrupcao-contribuem-para-insatisfacao-com-a-democracia,70002826356>; e David Runciman, cientista político, diretor do Departamento de Política e Relações Internacionais da Universidade de Cambridge e autor de *Como a democracia chega ao fim*, para quem - conforme afirmou em entrevista recente - os líderes populistas alimentam-se dessas expectativas frustradas porque são sempre capazes de dizer que o sistema não está atingindo seus objetivos. Cf. Melo, L. (2018, setembro 26). David Runciman: “Estamos presos a instituições ultrapassadas e não sabemos como alterá-las”. *Época*. Recuperado em 18 de junho, 2019, de <https://epoca.globo.com/david-runciman-estamos-presos-instituicoes-ultrapassadas-nao-sabemos-como-altera-las-23188456>

<sup>34</sup> Steven Levitsky e Dardot e Laval (2019) chamam-nas *iliberais*. Quanto ao primeiro, Cf. Charleaux, J. (2019, agosto 28). O estado da democracia no governo Bolsonaro, segundo este autor. *NEXO*. Recuperado em 20 de setembro, 2019, de <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2019/08/28/O-estado-da-democracia-no-governo-Bolsonaro-segundo-este-autor>

## Crise da democracia liberal, *hybris* contemporânea

Havia antes afirmado ser possível sentir, hoje, os abalos ocasionados por esse embate entre forças de conservação e de mudança. O *caos pós-liberal* a que se refere Castells é um dos pólos do desequilíbrio social ao qual me havia referido - verdadeira *hybris* contemporânea ocasionada pela crise dos modelos representativos/liberais de democracia. Assim, nos últimos anos, testemunhamos a ascensão de forças tais como a Frente Nacional (França), o Partido da Liberdade (Holanda), o Partido da Liberdade (Áustria), os Democratas Suecos, o Partido do Povo Dinamarquês, os Finlandeses Verdadeiros, a AfD (Alternativa para a Alemanha), o UKIP (Partido pela Independência do Reino Unido, principal responsável pela promoção do Brexit), Donald Trump e Jair Bolsonaro<sup>35</sup>. Se o equilíbrio anterior era amparado pelo consenso liberal vigente, hoje esse consenso enfrenta sua dissolução. Forças de mudança pós-liberais concorrem para negá-lo, sobrepô-lo. Forças de conservação esforçam-se por defendê-lo, sustentá-lo, aprimorá-lo: corrigir suas falhas e superar seus vícios sem, no entanto, renegá-lo ou descartá-lo.

Reagindo aos efeitos danosos da globalização, acolhendo as demandas locais e nacionalistas, denunciando o enfraquecimento da autonomia dos Estados na resolução dos problemas econômicos nacionais<sup>36</sup>, essas forças de mudança passaram a adotar uma posição hostil à economia globalizada e aos acordos e tratados intergovernamentais, tomando-os por ameaças às soberanias nacionais. Essas lideranças passaram a responsabilizar uma suposta elite liberal, “globalista” - a seu ver, beneficiária das mesmas crises econômicas que vêm flagelando populações - pela causação desses efeitos danosos. Daí a contundente declaração do presidente

---

<sup>35</sup> Na Europa, na última década, produziu-se uma “verdadeira reviravolta eleitoral em favor de partidos nacionalistas, xenófobos e críticos em relação aos partidos tradicionais que dominaram a política por meio século. Além do Brexit no Reino Unido e do colapso dos partidos franceses ante o macronismo, [...] recordarei a porcentagem de votos de partidos identitários e antiestablishment no período 2013-2017: França, 21,3%; Dinamarca, 21,1%; Suécia, 12,9%; Áustria, 20,5%; Suíça, 29,4%; Grécia, 12%; Holanda, 13%. E partidos xenófobos governam, sozinhos ou em coalizão, na Polônia e na Hungria, na Noruega e na Finlândia. Na Itália, enquanto escrevo estas linhas, pesquisas apontam em primeiro lugar para as eleições de 2018, o Movimento 5 Estrelas, de ideologia ambígua, mas claramente antiestablishment. Na Alemanha, a rocha da estabilidade europeia, Angela Merkel perdeu oito pontos percentuais nas eleições de setembro de 2017 e os social-democratas se reduziram a 20%, enquanto os neonazistas da Alternativa para a Alemanha obtiveram quase 13% e se tornaram a terceira força política.” (Castells, 2018, pp. 9-10)

<sup>36</sup> Fato que os governos de situação dos últimos anos (de maioria à centro-esquerda), como ressalta Anderson (2017), insistiram em dissimular, temendo a regressão aos nacionalismos de outrora.

Donald Trump na Assembleia Geral das Nações Unidas de que “o futuro não pertence aos globalistas. O futuro pertence aos patriotas”: “O futuro pertence a nações soberanas e independentes que protegem seus cidadãos, respeitam seus vizinhos e honram as diferenças que fazem cada país especial e único<sup>37</sup>”. Também no Brasil esse arranjo liberal-globalizado e o conjunto de efeitos maléficos dele decorrente foi batizado pelos representantes pós-liberais de *globalismo*.

Segundo a definição do atual chanceler, Ernesto Araújo, o termo refere-se a um “sistema anti-humano e anticristão” que tem sido conduzido por uma elite adepta e promotora do “marxismo cultural” que ameaça a soberania de países cristãos como o Brasil. A tarefa daqueles que combatem o marxismo cultural (e o globalismo, por consequência) seria reduzir a submissão nacional a essa ordem global (acrescentemos: liberal).

O globalismo combatido por Araújo expressa-se concretamente em “normas internacionais (sobre o clima e sobre a imigração, por exemplo) e em instituições internacionais (sejam ONGs ou organismos internacionais intergovernamentais) que, de acordo com ele, impõem padrões marxistas que não correspondem completamente aos interesses brasileiros” (Charleaux, 2019). O cientista político Maurício Santoro<sup>38</sup> explica que, da maneira como tem sido utilizado pelos representantes do governo Bolsonaro, o *globalismo* é uma “suposta ação planejada das elites internacionais para conduzir a globalização de acordo com valores liberais”. Conforme matéria publicada no NEXO (Charleaux, 2019), Ernesto Araújo e Eduardo Bolsonaro classificam a si mesmos como “antiglobalistas”, afirmando-se favoráveis à globalização desde que esse processo respeite valores nacionais ligados à cultura e à religião.

O historiador Perry Anderson (2017) chama a atenção para o fato de que, se o termo “movimentos anti-sistêmicos” era antes comumente utilizado para caracterizar forças de esquerda em revolta contra a ideologia capitalista, hoje ele teve seu sentido transmutado. Os movimentos de revolta que se multiplicaram na última década, argumenta, estejam eles à esquerda ou à direita do espectro político, não se rebelam mais contra o capitalismo mas, mais especificamente, contra a ideologia neoliberal e a perda das *soberanias* nacionais diante de uma

---

<sup>37</sup> Cf. *Decoding Trump's speech before the United Nations* (Kumar, 2019).

<sup>38</sup> Doutor em ciência política pelo IUPERJ e professor-adjunto do Departamento de Relações Internacionais da UERJ.

economia cada vez mais globalizada e interconectada. Se Anderson discute as insurgências populares, Dardot e Laval (2019) voltam-se para a discussão acerca das lideranças políticas anti-sistêmicas à esquerda e à direita do espectro. Os autores destacam que, se as lideranças de esquerda opõem-se, de fato, à ideologia neoliberal, as lideranças anti-sistêmicas de direita, ao menos em suas modalidades *populistas*, canalizam e exploram a cólera e o ressentimento da população não para contraporem as políticas neoliberais, mas para implementar um *novo neoliberalismo*<sup>39</sup>. Assim é que os novos governos neoliberais não hesitam em “instrumentalizar os ressentimentos de um amplo setor da população, falta de identidade nacional e de proteção pelo Estado, dirigindo-os contra bodes expiatórios” - sejam eles as elites, as instituições internacionais intergovernamentais ou a globalização, diante dos quais invocam uma soberania popular<sup>40</sup>.

Os autores argumentam, ainda, que o novo neoliberalismo, enquanto *tecnologia de governo*, “desativa o coletivo”, enfraquecendo desde dentro a democracia liberal, pela via das leis. Trata-se de um processo de desdemocratização “pelo qual a democracia se esvazia de sua substância, sem que se [a] suprima formalmente”. Foi assim que, para a dupla, o novo neoliberalismo engendrou uma crise profunda da democracia liberal, “cuja manifestação mais evidente é a forte ascensão dos regimes autoritários e dos partidos de extrema direita, apoiados por uma ampla parte das classes populares nacionais”. “Deixamos para trás a época do pós-guerra fria, na qual ainda era possível acreditar na expansão mundial do modelo de democracia de mercado”.

Ao comentar a eleição de Jair Bolsonaro e a conjuntura política brasileira, Žižek<sup>41</sup> lembrou, em entrevista recente, que não “devemos jamais perder de vista que a crise à qual Bolsonaro e Trump aparecem como respostas é a crise do establishment liberal de centro”. Como exposto anteriormente, nessa entrevista o filósofo argumenta que a ascensão da nova direita e a

---

<sup>39</sup> Que é o objeto das pesquisas recentes da dupla. Cf. Dardot & Laval, 2017, 2019. Analisaremos seus impactos sociais, políticos e subjetivos na Parte II.

<sup>40</sup> Essas são as características, afinal, pelas quais Castells os qualifica *pós-liberais*. Para o sociólogo, os novos movimentos anti-sistêmicos de esquerda (como o Syriza, na Grécia, e o Podemos na Espanha), ainda que surjam como reações à crise da democracia liberal, não se configuram como *pós-liberais* devido às características de suas retóricas, plataformas e lutas políticas, que conservam os valores liberais.

<sup>41</sup> Cf. Žižek: A eleição de Bolsonaro e a nova direita populista (*Blog da Boitempo*, 2018).

implosão do centro político são sintomas ou respostas à desintegração do consenso liberal capitalista. De modo semelhante, para David Runciman<sup>42</sup> a “chegada de Trump à Casa Branca não representa o momento revelador. É simplesmente mais uma distração dos desafios subjacentes a um mundo interconectado em rede e aos poucos ficando mais e mais quente”. Essa interconexão - efeito do processo globalizatório -, como indicamos com Castells, engendra uma série de problemas inéditos, de escala global.

Cada país, no entanto, é afetado de modo particular, e apresenta reações e respostas particulares, afins às suas particularidades históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais, geográficas, etc. Vejamos, para melhor compreendê-lo, os impasses e reações da sociedade brasileira à *crise da democracia representativa* que, para nós, começou a fazer-se sentir a partir do acontecimento Junho de 2013, culminando na polarização política - expressão *trágica* de nosso desequilíbrio social - e na eleição de nossa própria liderança *pós-liberal*, Jair Messias Bolsonaro.

\*

---

<sup>42</sup> Cf. *Talvez este seja o fim do Estado moderno, diz professor de Cambridge* (Schwartz, 2018).

## Da tragédia brasileira

Cacá Diegues (2015), um dos cineastas fundadores do Cinema Novo, lembrava em uma coluna para *O Globo* que, ao longo dos anos de redemocratização, o país e o povo brasileiro só se faziam animar - não só em face de nosso “eterno futuro”, mas também com nosso presente. Consolidava-se nossa democracia após os anos da ditadura civil-militar; controlava-se a inflação, valorizava-se a nova moeda, gerava-se empregos, distribuía-se a renda. “Mais uma vez voltamos a ser felizes”, declarava.

Alguns anos antes, em 2010, a Revista IstoÉ (2010) publicava um número com o título *Nunca fomos tão felizes*. As páginas desse número apresentavam um cenário de elevado otimismo com o futuro; desmesurada, eufórica alegria com o presente. Nos termos da revista, tratava-se de um “momento excepcional” para o Brasil. Em cinco anos (2005-2010), 32 milhões de pessoas ascenderam socialmente. A Classe C, classe média baixa, passou a representar metade da população do país. Pela primeira vez em 16 anos, metade dos trabalhadores nas principais capitais do país tiveram a carteira de trabalho assinada. Com o país a pleno emprego, estabilidade econômica e a expansão das linhas de crédito, o momento era também de euforia para os membros das Classes B e A: os mercados internos e externos batiam recordes em diversos âmbitos, desde a construção civil<sup>43</sup> à venda de aparelhos celulares, televisões, carros, carros importados e eletrodomésticos. Na sequência da maior crise financeira recente do planeta, 2008 - que assolava economias ao redor de todo o globo -, impulsionado pelo boom no preço das commodities, o Brasil apresentava um escandaloso crescimento anual do PIB de 7,5%, superando as mais otimistas projeções para o referido ano (2010). Fora o maior crescimento alcançado em 24 anos.

Depois das “décadas perdidas” de 1980 e 1990, o Brasil apresentava a “impressionante disparada de 163% em sua renda *per capita*<sup>44</sup>”. Para Amauri Segalla e Luiza Villaméa (2010a),

---

<sup>43</sup> Com a facilitação do crédito imobiliário, a aquisição da casa própria tornou-se realidade para uma parcela significativa da população antes alijada dessa possibilidade.

<sup>44</sup> Segundo as estimativas do Fundo Monetário Internacional. De acordo com os dados apresentados pela matéria (tomados ao Banco Central e Ministério da Fazenda), a renda *per capita* brasileira em 2002 era de R\$ 8,400; em 2010, chegaria a R\$ 17,500. Os autores acrescentam, para efeito de comparação, os ganhos argentinos no mesmo período: um crescimento de 10% na renda *per capita*. O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, fora de 0,5886, em 2002, para 0,5304, em 2010.



autores de uma das matérias do número em questão, a estabilidade econômica foi o ponto de partida para que o Brasil finalmente desse início a um processo de grande mobilidade social, num “movimento capaz de tirar da linha da pobreza milhões de brasileiros, de alçar à condição de classe média um contingente enorme de trabalhadores e de proporcionar uma rápida escalada para quem já estava perto do topo”.

Cada página desse número deixava transparecer o clima de euforia e otimismo que pululava Brasil afora:

Representantes de todas as classes sociais do país, os brasileiros listados acima vivem um momento singular: eles nunca foram tão felizes. Não são os únicos. Com a economia a todo vapor, o sentimento de bem-estar poucas vezes esteve tão presente na vida nacional [...] e a avalanche de indicadores positivos faz supor que o otimismo vai durar muito tempo. (Segalla & Villaméa, 2010a)

Ou, ainda:

Segundo um estudo divulgado na semana passada pela GfK, quarto maior grupo de pesquisa de mercado do mundo, o brasileiro está otimista quanto à situação econômica nos próximos cinco anos. Mais de 50% dos mil consumidores entrevistados acreditam que o futuro será ainda melhor que o presente – que já consideram ótimo. Outro levantamento recente, realizado pelo Projeto Brasilidade, constatou que a autoestima nacional nunca esteve tão elevada<sup>45</sup>. ‘Vamos iniciar a próxima década com muita esperança’, afirma o cientista político Rodrigo Mendes Ribeiro, coordenador do estudo. Segundo ele, o ‘complexo de vira-lata’ [...] é algo definitivamente deixado para trás. Em vez de desanimados e pessimistas, os brasileiros hoje são altivos e confiantes no futuro. (Segalla & Villaméa, 2010b)

A euforia com o país do futuro parecia tomar proporções internacionais: na capa da revista britânica *The Economist*, sobre a imagem do Cristo Redentor subindo aos céus como um foguete, lia-se: “*Brazil takes off*”<sup>46</sup>. Cacá Diegues (2015) escreveu que o sentimento de que nós, brasileiros, voltávamos a ser felizes não era dito apenas por nós, “mas também pelos bancos

---

<sup>45</sup> Na matéria intitulada *A classe C vai ao paraíso*, destacando-se o sentimento de *bem-estar* que tomava conta de toda a população, apresenta-se uma pesquisa da Gallup World Poll realizada em 132 países. À pergunta sobre se achavam que estariam mais felizes dali a cinco anos, a média das respostas dos brasileiros foi a maior entre *todos* os países pesquisados. Cf. Nicacio, A. (2010, agosto 20). A classe C vai ao paraíso. *IstoÉ*, n. 2128. Recuperado em 2 de agosto, 2019, de [https://istoe.com.br/96820\\_A+CLASSE+C+VAI+AO+PARAISO/](https://istoe.com.br/96820_A+CLASSE+C+VAI+AO+PARAISO/)

<sup>46</sup> “Brasil decola”. Número de 14 de novembro de 2009.

institutos, jornais e governos de todo o mundo”. No entanto, quatro anos depois, em 2013, o mesmo *The Economist* fazia alusão à própria capa: o Cristo Redentor que havia decolado aparecia agora em queda livre, um rastro de fumaça indicando o percurso realizado - total desgoverno. O título era “*Has Brazil blown it?*”<sup>47</sup>.

Se em 2010 os efeitos da crise de 2008 provaram-se mera “*marolinha*” - como atestava o crescimento do PIB de 7,5% -, em 2012 a economia cresceu apenas 0,9%<sup>48</sup>. Com a crise econômica que se iniciava e se aprofundava ao longo do primeiro mandato de Dilma Rousseff, a imprensa estrangeira passou a classificar as conquistas econômicas do governo anterior como “bolhas” ou “voos de galinha” - expressões utilizadas para designar surtos de crescimento econômico intensificados, mas de curta duração e sem manutenção a médio e longo prazo. Após a deflagração da instabilidade política a partir dos acontecimentos de junho de 2013, os números da economia brasileira despencaram rumo à recessão, somente voltando a crescer em 2017 após o impeachment de Dilma Rousseff.

Contudo, para ser mais exato é preciso que se diga que o ano de 2013 registrou, depois das sucessivas desacelerações da economia brasileira, um crescimento considerável de 2,3% do PIB - número que não foi superado nem em 2017, nem em 2018<sup>49</sup>. Como, então, explicar que diante de um quadro de aparente recuperação econômica os acontecimentos de junho tenham tomado lugar? Tenham *irrompido*?

Para o ensaísta Francisco Bosco (2017), as manifestações de junho de 2013 parecem confirmar a máxima de Tocqueville segundo a qual as revoluções tendem a ocorrer quando as coisas estão melhores, não quando vão muito mal. Pois “de fato, a popularidade do governo apresentava, em março, índices elevados, com 65% da população considerando-o ótimo/bom. A economia ainda estava aquecida e o desemprego, bem baixo” (p. 59). No fim de junho, esse número caiu quase pela metade, atingindo 30%. Os conceitos de ruim/péssimo passaram de 7% a 25% no mesmo período (p. 63). Assim, argumenta Bosco, “sem que nada mudasse no cenário das políticas públicas ou dos fatos políticos, exceto pelas manifestações”, 35% da população

---

<sup>47</sup> “O Brasil estragou tudo?”. Número de 28 de setembro de 2013.

<sup>48</sup> Cf. a matéria da *Folha de S.Paulo*: O Brasil estragou tudo?, questiona revista ‘The Economist’ (2013).

<sup>49</sup> E nem será superado segundo as previsões do FMI para o crescimento brasileiro em 2019: 0,8%. Cf. IMF, 2019.

deixou de aprovar o governo<sup>50</sup>” (pp. 63-64). Como analisou o presidente do instituto Vox Populi, Marcos Coimbra:

O que parece é que Dilma sofreu uma perda considerável de intenção de voto pelo fato de os cidadãos terem ido às ruas se manifestar e não pela preexistência de uma elevada insatisfação com ela ou com seu governo. Em outras palavras, as manifestações foram causa, e não consequência do tamanho e do tipo de descontentamento retratados hoje [agosto de 2013] pelas pesquisas. (Gomes, 2014, p. 256 como citado em Bosco, 2017, p. 64)

Esse fenômeno, causado pela superexposição midiática dos protestos, Coimbra denomina-o “efeito demonstração”. Este faria com que “mesmo quem tinha uma insatisfação ‘aceitável’ passou a achar que devia ‘indignar-se’, ainda que não soubesse exatamente contra o quê’ (e sobretudo, pode-se acrescentar, a favor do quê)<sup>51</sup>”.

Junho irrompeu de súbito, alastrando-se por contágio, difuso, disforme, tomando forma e corpo ao longo de seus próprios desdobramentos. Tal qual um *enigma*, convoca-nos, ainda hoje, a decifrá-lo<sup>52</sup>. Faria-se junho também a expressão *trágica* de um desequilíbrio social? De uma *hybris* contemporânea? Penso - e pretendo demonstrá-lo - que com sua força expressiva, estético-política, junho desvelava à nossa eufórica, feliz sociedade uma série de contradições até então custosamente recalcadas à força de uma “engenharia social” concebida “para ganhar tempo” ante a uma “hora mundial de flagrante *desagregação*<sup>53</sup>”. Essa engenharia, o filósofo Paulo Arantes chamou-a *lulismo* (2016, p. 7).

\*

---

<sup>50</sup> Apresentando alguns dados sobre o número de empregos gerados e perdidos nos EUA e sobre os números do desemprego (5%, o nível mais baixo desde 2005), Castells (2018), ao analisar a relação do voto em Trump com a insatisfação econômica induzida pela crise e pelo desemprego, argumenta que “não se pode falar de uma crise profunda das condições de vida que pudesse ter motivado uma mobilização reivindicativa tão ampla quanto a que levou Trump ao poder” (pp. 48-49). Tratava-se de *outra coisa*. Poderíamos afirmar o mesmo, parece-me, quanto ao caso brasileiro.

<sup>51</sup> Gomes, 2014, p. 257 como citado em Bosco, 2017, p. 64.

<sup>52</sup> Essa imagem, tomei-a do professor Amadeu Weinmann (UFRGS) em *Jornadas de junho: decifra-me ou te devoro* (2018).

<sup>53</sup> Onde Arantes escreve “desagregação”, leio *dissolução (do consenso liberal)*.

Francisco Bosco (2017) compreende por *lulismo* a prática político-institucional conciliatória adotada por Lula e o PT em oposição a suas próprias posições e proposições - deveras mais radicais - anteriores a 2002 (p. 57). Trata-se de uma espécie de “solução de compromisso” entre “o neoliberalismo da década anterior [...] e o reformismo forte que fora o programa do PT até às vésperas da campanha de 2002” (Singer, 2012 como citado em Bosco, 2017, p. 58). O ensaísta afirma que apesar de todos os avanços socioeconômicos conquistados, o lulismo (relativizando a lógica do Estado brasileiro sem no entanto aboli-la) deixou intocados os vícios estruturais do sistema político institucional: não realizou uma reforma tributária profunda, “capaz de corrigir as desigualdades brutais do sistema vigente, e aceitou, reproduziu e aprofundou as relações promíscuas entre empresas privadas e poder público” (p. 59).

O cientista político Luis Felipe Miguel (2016) avalia que os atores do lulismo entenderam que era necessário cuidado ao mexer com os privilégios dos grupos mais poderosos, assumindo que esses privilégios deveriam ser acomodados - e não afrontados. A elite política tradicional foi incorporada ao projeto de poder petista, o capital financeiro manteve lucros crescentes, o dinheiro público cevou grandes corporações - “seja pelo investimento maciço em obras, seja por meio dos bancos estatais dedicados ao fortalecimento dos nossos capitalistas” (p. 32). Para Miguel, a conciliação petista teve como um de seus elementos a adaptação ao *modus operandi* da política brasileira, baseado no aparelhamento do Estado para fins privados e na corrupção<sup>54</sup>.

O também cientista político André Singer observa que seria precisamente da “neutralização do capital por meio de concessões, não do confronto” que adviriam as condições para o bem-sucedido programa de combate à pobreza levado a cabo pelo PT (2012 como citado em Bosco, 2017, p. 57). Para Bosco (2017), é justamente essa dimensão de “imobilismo no interior do lulismo”, de manutenção dos vícios estruturais e da corrupção sistêmica que ajuda a explicar o início de seu colapso: junho de 2013 (p. 59).

\*

---

<sup>54</sup> Miguel (2016) evoca a entrevista concedida pelo deputado Miro Teixeira, que integrou o primeiro ministério de Lula, ao jornal *Folha de S.Paulo*, onde o deputado conta que “no início foi discutido se a sustentação parlamentar do governo seria obtida por meio de negociação programática ou, como ele disse eufemisticamente, ‘por orçamentos’. Venceu a segunda opção” (p. 33).

## Junho, 2013

Diferentemente de outras grandes mobilizações históricas na história política recente do Brasil, como a Passeata dos Cem Mil (1968), as Diretas Já (1984) ou o Fora Collor (1992), nas jornadas de junho a pauta não era clara e unívoca. Os protestos surgiram com a agenda da revogação do aumento da passagem dos transportes públicos e o pleito do passe livre mas logo passaram a incluir demandas variadas, difusas, e uma gama heterogênea e mesmo contraditória de sentidos. Entre esses sentidos, para muito além dos vinte centavos que deflagraram as manifestações, Francisco Bosco inclui:

uma movimentação política internacional articulada com a novidade das redes sociais digitais<sup>55</sup>; a ‘blindagem do sistema político’ brasileiro, isto é, uma crise da democracia representativa; e a proximidade dos grandes eventos mundiais, Copa do Mundo e Olimpíadas, que o Brasil sediaria - uma vez que evidenciavam a disparidade entre os gastos públicos dedicados à sua realização e aqueles dedicados aos serviços públicos essenciais, deslizando rapidamente daí para o questionamento de toda a lógica do Estado brasileiro, suspeito de favorecer o capital em detrimento de seus cidadãos [...]. (Bosco, 2017, p. 60)

O autor observa que os dois principais temas de cartazes levados aos protestos foram acerca da lógica dos gastos públicos e da crise de representatividade. Para ele, a revolta contra a lógica dos gastos públicos encontrou seu alvo nos grandes eventos esportivos próximos, Copa do Mundo e Olimpíadas, em 2014 e 2016, respectivamente. Segundo o cientista político João Brant, as manifestações contrárias a esses eventos “articularam críticas a aspectos diversos, como a submissão do interesse público ao privado, a corrupção, as violações de direitos sociais e civis (como as desapropriações urbanas) e as medidas que afetavam a soberania nacional (chegou-se a mudar leis brasileiras por imposição da FIFA)”. Desse modo, conclui Brant, é possível dizer que essas manifestações estiveram relacionadas aos dois principais aspectos dos protestos de junho: “a crise de representação, por conta das decisões tomadas sem levar em consideração os direitos dos cidadãos, e o mal-estar urbano (especialmente em virtude da política de remoções), que também está na raiz das manifestações contra o aumento da tarifa” (2013, p. 27 como citado em Bosco, 2017, p. 60).

---

<sup>55</sup> Como a Primavera Árabe (2011-2012), por exemplo.

Sobre a crise de representação, Bosco apresenta uma pesquisa do Ibope realizada no dia 20 de junho, auge dos protestos, indicando que, dentre os entrevistados, 98% não se sentia representado por políticos e 83%, por partidos (2017, pp. 60-61). O autor argumenta que a “blindagem” do sistema político brasileiro, quase exclusivamente representativo, foi ficando insuportável à medida que ia se formando uma “nova cultura política”, correlata ao novo modelo de sociedade constituído a partir dos avanços do lulismo (p. 61). Essa nova sociedade, com sua nova cultura política, passou a exercer uma pressão que não mais “encontrava escoamento nos canais institucionais - e, assim, ‘todos os confrontos que o sistema neutralizou à força de pemedebismo<sup>56</sup> irromperam nas ruas’” (Nobre, 2013, pp. 143-147 como citado em Bosco, 2017, p. 61). A pauta original se dispersou, então, em múltiplas queixas:

Os manifestantes de esquerda se dividiam entre os ‘sem partido!’ e os ‘sem fascismo!’. Começou uma disputa narrativa pelos sentidos dos protestos, envolvendo a grande mídia, com a tentativa de pautar temas, como o combate à corrupção, então simbolizada pela PEC 37 que limitava a atuação do Ministério Público Federal. Os manifestantes de direita também ocuparam as ruas, tudo ao mesmo tempo, ficando o sentido ideológico geral bastante confuso à certa altura, restando em comum apenas um abstrato e genérico ‘contra tudo o que está aí’. Sentindo a confusão, boa parte da esquerda se retirou; sentindo o prejuízo, a esquerda governista se retirou completamente. Ficaram os *black blocs*, que foram devidamente apropriados pela grande imprensa: erigida a protagonista do movimento, a vidraça estilhada dos caixas eletrônicos terminou de esvaziar o caráter de massa dos protestos. No refluxo, restou a nova direita, que logo se organizou em movimentos sociais de forte atuação digital e, impulsionada algum tempo depois pela queda livre da economia e pela operação Lava-Jato, voltou a ocupar as ruas, agora maciçamente e sem ambiguidades, pedindo o fim da corrupção, o impeachment de Dilma Rousseff e, aqui e ali, a volta das Forças Armadas. (Bosco, 2017, pp. 61-62)

Bosco chama a atenção para o fato de que a complexidade de junho de 2013 é bem maior do que a apresentada por ele nessa breve descrição, mas que uma coisa lhe parece inequívoca: “o fim do lulismo teve ali o seu marco zero” (p. 62). Com isso começaram a estreitar-se as

---

<sup>56</sup> “‘Pemedebismo’ é o conceito de Marcos Nobre que remonta à atuação do PMDB no contexto da Constituinte de 1987/1988, no sentido de controlar os anseios democráticos da sociedade, representados, naquele processo, por organizações sociais, sindicatos e manifestações populares. Teria nascido aí ‘a primeira figura da blindagem do sistema político contra a sociedade’. Desse modo, o conceito de pemedebismo se refere, por extensão, à lógica do funcionamento do Congresso que perpetua esse objetivo.” (Nota 97 em Bosco, 2017, p. 197). A meu ver, não se trataria da “primeira figura de blindagem do sistema político contra a sociedade” em sentido absoluto (veja-se o Estado Novo ou a Ditadura Civil-Militar), mas da primeira figura de blindagem dentro das regras do jogo democrático, em suas brechas.

condições de possibilidade para se exercerem as práticas conciliatórias que marcaram a cultura, a economia e a política brasileira até então. Dali em diante, cada vez mais, a nova cultura política brasileira passou a explicitar os conflitos velados, escamoteados; a promover os confrontos adiados. De lá para cá, “amplos setores da sociedade brasileira despertaram do marasmo político e passaram a ocupar espaços públicos, urbanos, midiáticos tradicionais, institucionais e sobretudo digitais”. Com o fim do lulismo “sobreviveu uma sociedade crítica, em permanente crise consigo mesma, problematizando todas as dimensões e aspectos da vida social” (p. 64).

Com o fim do que Bosco chamou a *pax lulista*; com o fim das práticas conciliatórias que marcaram o período de equilíbrio e de vigência do consenso liberal no Brasil, irrompeu, aqui também, a série de conflitos que encenam-denunciam o *caos pós-liberal* ou nossa *hybris* contemporânea. Esses conflitos, o acirramento da agressividade, a polarização e a radicalização políticas, o sequestro da palavra como mediadora das diferenças serão os objetos de reflexão da Parte que se segue.

\*

## Parte II

### A contemporaneidade e os novos modos de ser

Movido pela pergunta acerca do que é que se nos passa, propus-me a atentar e a escutar os coreutas que com seus gestos e ditos, com seu *páthos* e seus afetos o denunciavam: o que se nos passa, o que se passa conosco na *pólis* é a crise da democracia liberal. Dela precipita-se uma *hybris*. Conferimos ao Coro uma *verdade* - a sua verdade -, inspirados pelos estudiosos, classicistas e críticos, que se debruçaram sobre a tragédia clássica grega. Dessa forma foi possível sondar o circuito de afetos atinente a esse corpo político, trazê-lo para um primeiro plano, escutá-lo. Se pudemos, de alguma forma, perscrutar aquilo que há de *latente* naquilo que o Coro denuncia, resta agora voltarmo-nos para aquilo que há de mais impressionante, chocante: suas sintomáticas performances naquilo que apresentam de *forma manifesta*.

Como a multidão deixou-se levar a tal ponto, inflamar-se de tal forma para com a atriz que caminhava à rua? Por que tamanha agressividade, radicalidade? Como indicado, ao ter tomado partido diante dos conflitos que concerniam ao processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, a atriz passou a ser associada aos valores da ordem liberal que já se encontrava em vias de dissolução. Passou a ser tomada como uma de seus *representantes*. Desde 2013, a *hybris* brasileira já havia sido deflagrada. A euforia generalizada tinha dado lugar à desilusão, à frustração, ao ressentimento e à revolta. Na cena descrita, o Coro não deixa senão entrevermos sua verdade, seu *páthos*, seus afetos: inflama-se, patético, completamente *afetado* pela presença daquela que presentifica, encarna e *representa* a ordem em questão e seus valores.

A radicalização da polarização sociopolítica orienta-se em torno destes dois pólos, destas duas forças - liberais e pós-liberais, de conservação e de mudança - às quais passamos a associarmo-nos, as quais passamos a defender e pelas quais passamos a *atacar* uns aos outros. Trata-se de um embate em torno de valores e acerca de projetos e apostas para nossa *pólis*. Para alguns, seguir apostando no consenso liberal, em seus valores *fundamentais*; para outros, arriscar, contra o sistema, nas novas e disruptivas forças de mudança.

Minha reflexão deu-se em torno das proposições de diferentes autores - de diferentes campos do saber - que pautam sua argumentação no sentido da reação que as massas apresentam



aos efeitos nefastos das políticas econômicas neoliberais e dos efeitos geopolíticos da globalização em suas vidas e na autonomia dos Estados nacionais. Os sentimentos de abandono e de traição, o ressentimento, o *horror à política* são aqui determinantes. No entanto, acredito que para verdadeiramente compreendermos os fenômenos-sintoma representados e figurados na cena de abertura é preciso, ainda, considerar outras consequências sociopolíticas e subjetivas da globalização e do neoliberalismo em nossa *pólis*, em nossos *modos de ser*. Lembro, ainda e finalmente, que deixei em suspenso a discussão da *peripeteia* representada pelos desenvolvimentos tecnológicos, informacionais e comunicacionais - a meu ver, decisivos para o desenlace de nossa tragédia contemporânea. Antes de fazê-la, vejamos os impactos sociais, políticos e subjetivos do novo neoliberalismo, importantes para que possamos passar à discussão subsequente.

\*

Em *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (2017), Dardot e Laval argumentam que o novo neoliberalismo, enquanto tecnologia de governo, ao estender seu sistema normativo a todas as relações sociais - “sem deixar incólume nenhuma esfera da existência humana” -, vem transformando profundamente as sociedades de forma subterrânea e difusa. Para além de uma doutrina econômica e ideológica, defendem tratar-se de uma nova racionalidade, global, que tem o *desejo* como alvo. Para a dupla, a grande inovação da tecnologia neoliberal é vincular diretamente a maneira como um homem é governado à maneira como ele próprio se governa. Trata-se de um novo paradigma onde a economia torna-se uma disciplina pessoal. Como anunciou Margaret Thatcher, principal expoente da implementação da ideologia neoliberal nas décadas de 1970-1980, “a economia é o método. O objetivo é mudar a alma”. Essa nova razão neoliberal introduz formas sem precedentes de sujeição.

O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, que tem dedicado os últimos anos a pensar a sociedade contemporânea, chama a atenção, em sua *Sociedade do cansaço* (2017b), para o fato de que se antes era possível aos sujeitos separar vida pessoal e trabalho, na atual *sociedade de desempenho* em que vivemos já não é mais possível fazê-lo. Hoje, cada um carrega consigo seu campo de trabalho. Tornamo-nos empreendedores de nós mesmos, mais *projetos* do que sujeitos,

responsáveis por mantermo-nos sempre em aprimoramento, pessoal e profissional, sempre motivados, sempre plenos de iniciativa pessoal.

A fim de acelerar o processo produtivo, a razão neoliberal transpôs o registro da coação externa<sup>57</sup> para o registro da autocoção, da autopressão por desempenho. Essa transposição está estreitamente relacionada com a evolução das relações de produção capitalistas: a partir de um certo nível de produção, a autocobrança passa a ser mais eficiente, “muito mais produtiva que a exploração estranha [do outro], visto que caminha de mãos dadas com o sentimento da liberdade. A sociedade de desempenho é uma sociedade de autoexploração” (p. 101). Que esta autoexploração paradoxalmente apresente-se como maior liberdade, essa é a inovação tecnológica do novo neoliberalismo.

Diferentemente do trabalho e da exploração produtores de alienação, no sentido marxista do conceito<sup>58</sup>, o regime neoliberal, argumenta Han, dá ao trabalho e à autoexploração a aparência de liberdade, de meio para a autorealização (p. 116). Nele, o sujeito reconhece-se enquanto *projeto*. É, então, ao explorar a si mesmo de boa vontade, na fé de que possa vir a se realizar, que o sujeito de desempenho acaba entregando-se à autocoção com a finalidade de maximizar seu desempenho - premissa necessária à materialização de seu *eu-projeto* (p. 105). Para o filósofo, à medida que explorador e explorado coincidem agora na mesma pessoa, torna-se tanto mais difícil resistir à exploração. Resulta que hoje seríamos menos livres.

Han indica que esses novos arranjos socioeconômicos e as novas características do trabalho contemporâneo acarretam importantes mudanças de “estrutura psíquica”. Especula, por exemplo, que numa sociedade disciplinar predominariam as relações *negativas*, os interditos e proibições, a submissão do sujeito de obediência ao *supereu*; ao passo que numa sociedade de desempenho - para o autor, a sociedade do século XXI - predominariam as relações *positivas*: haveria, mesmo, um *excesso de positividade*. Tudo torna-se virtualmente possível desde que nos empenhemos o bastante - esta é a discursividade subjacente à razão neoliberal. Trata-se de um

---

<sup>57</sup> Predominantemente vigente nos modelos anteriores de trabalho como o fordista ou o taylorista, típicos das sociedades disciplinares, onde trabalhamos para um outro e somos cobrados por um outro. A autocoção não substitui a coação externa. Antes, elas compõem formas híbridas onde pode predominar uma ou outra a depender de cada caso.

<sup>58</sup> Onde o trabalhador passa a se reconhecer cada vez menos no trabalho, em seu processo produtivo e no seu produto final.

discurso altamente centrado no indivíduo e nas suas *capacidades* e potenciais habilidades; centrado no *desempenho* e na produção (de valor, seja ele material ou imaterial). Assim, para Han, se para o sujeito de obediência predominariam as interdições do supereu, para o sujeito de desempenho predominariam os mandatos e pressões de um “*eu-ideal*” (p. 100).

O filósofo constata, entretanto, que diante desse excesso de positividade, de *poder* (o verbo no infinitivo), o *eu* vê-se sempre fracassando, sempre alheio ao *ideal* que impõe um dever-ser-mais, um dever-ser-melhor. O eu pode ser tudo, menos passivo: busca hiperativamente seu ideal (p. 43). Nessa hiperatividade em busca de desempenho, passamos, além de estar mais cansados, a estar mais *sozinhos*: o “cansaço da sociedade do desempenho é um cansaço solitário, que atua individualizando e isolando” (p. 71). Como indicado anteriormente com Dardot e Laval (2019), o novo neoliberalismo “desativa o coletivo”. Há, assim, uma violência inerente ao sistema neoliberal, promotor de uma “individualização egológica” e destruidor da coletividade, da comunidade, da proximidade (Han, 2017b, p. 71). Na sociedade contemporânea “não se forma *comunidade* em sentido enfático. Surgem apenas certos ajuntamentos e agrupamentos de diversos indivíduos isolados singularmente, de *egos* que perseguem um interesse comum” (Han, 2017a, pp. 113-114). Sem formar um *nós*; sem estabelecer um conjunto político, sublinha Han.

A ideia de uma “individualização egológica” parece-me fundamental. Numa sociedade pautada pelo excesso de *positividade* (e desaparecimento da *negatividade*, no sentido hegeliano com que o emprega Han<sup>59</sup>) perderíamos a dimensão da experiência<sup>60</sup>. Prevaleceriam, assim, as vivências positivas e positivadas, caracterizadas por não estabelecer relação com o outro em sua dimensão de alteridade; por prolongar o *eu*<sup>61</sup> no outro, no mundo; por reafirmar e reencontrar, no outro, mais de nós. Mais do *mesmo*<sup>62</sup>. Assim, para Han (2017b), o sujeito contemporâneo encontra-se “totalmente isolado” (p. 44). O sujeito contemporâneo é *narcisista*, conclui (citando Richard Sennett), buscando vivenciar em tudo com que se encontra a *si mesmo* (p. 84).

---

<sup>59</sup> Essa é a tese central de seu livro.

<sup>60</sup> Que, para Han, configuraria um tipo de encontro com o outro em sua dimensão de alteridade, estranheza, *negatividade*. Uma experiência dialética que nos afetaria de tal modo que nos modificaria.

<sup>61</sup> Que, como sabemos desde Lacan, é uma instância eminentemente *imaginária*.

<sup>62</sup> Para Han (2017b), isso é, em parte, efeito do processo de globalização: num mundo globalizado, homogeneizado, somos mais do *mesmo*, apenas *diferentes* (numa diferença positiva que, segundo Heidegger, não teria a força da *negatividade*).

\*

É interessante notar como, nesse ponto, convergem a argumentação de Han e Dardot e Laval com as teses do historiador americano Christopher Lasch, autor de *A Cultura do Narcisismo: A Vida Americana numa Era de Esperanças em Declínio* (1983) e *Rebelião das elites e a traição da democracia*<sup>63</sup> (1995). Concordam, cada um a seu tempo e por seus meios, que a razão neoliberal produz a atomização da sociedade, a erosão do social, em primeiro lugar; e, em segundo, a exacerbação do *narcisismo*.

Lasch descreveu a cultura do narcisismo como uma *estratégia de sobrevivência* diante de um mundo caótico e socialmente fragmentado. Escrito em 1979, tempo de convulsões políticas, sociais, culturais e existenciais e de graves crises econômicas (como as crises globais dos mercados do aço e do petróleo), a cultura do narcisismo surgiria como reação de defesa diante da impotência e do desamparo em que se encontravam os indivíduos frente à rapidez e à radicalidade das mudanças sociais, econômicas e culturais que a eles se impunham. Assim, observou Lasch, os indivíduos narcisistas que caracterizavam a nova sociedade dos anos 1970 mostravam-se isolados, avessos à política e aos políticos, desprovidos da vontade de exercer sua cidadania, de participar do sistema político como “consumidor[es] de espetáculos pré-fabricados” que acabavam por constatar ser (1983, p. 13).

Os indivíduos narcisistas descritos por Lasch seriam perseguidos pela ansiedade em decorrência de sua cultura individualista e assentada sobre uma lógica de competitividade<sup>64</sup>, de guerra de todos contra todos (p. 14). Isolados, submetidos a constante insegurança, desamparados pelo Estado burocrático, ferozmente competitivos (posto que consideram todos os outros como *rivals*), os sujeitos retirar-se-iam defensivamente em direção a um *mínimo eu*<sup>65</sup>.

---

<sup>63</sup> Leitura fundamental para a compreensão do ressentimento das massas para com as elites políticas, econômicas e universitárias - elites *liberais*, em suma.

<sup>64</sup> Lógica instalada em todos os aspectos das relações sociais depois da razão neoliberal (Dardot & Laval, 2019). Como explicitou Foucault, o princípio da troca, central na origem do liberalismo, foi substituído pelo princípio neoliberal de *competição* (2008, p. 161). São registros que diferem de maneira decisiva quanto a suas implicações éticas. Cf. Foucault, M. (2008). *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. (Col. Tópicos). São Paulo: Martins Fontes.

<sup>65</sup> Conceito que dá nome a outro de seus livros, lançado na sequência de *A Cultura do Narcisismo*. Cf. *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis* (Lasch, 1986).

Também Bill Bishop, ao analisar as mudanças socioculturais transcorridas no mesmo período abordado por Lasch, nos Estados Unidos, aponta que nos anos 1950, 1960 e 1970 parecia que as comunidades estavam se tornando mais integradas, mais coletivas, quando algo aconteceu por volta de 1980: “as pessoas começaram a reorganizar suas vidas em torno de ‘seus valores, gostos e suas crenças’, em parte como resposta à desordem social e cultural deixada pelos anos 1960” (2008 como citado em Kakutani, 2018, pp. 132-133). Para o autor, como as pessoas perderam a confiança nas instituições tradicionais, os tênues vínculos do local de trabalho - que até então garantiam a coesão social<sup>66</sup> - mostraram-se insuficientes para satisfazer sua necessidade de se sentirem pertencentes a algo. Em resposta, as pessoas encontraram um senso de comunidade em bairros, igrejas, clubes e outras organizações com ideias *semelhantes* às suas (2008, p. 216 como citado em Kakutani, 2018, p. 133). Para Bishop, aí estaria a origem das divisões crescentes que sobreviriam nos Estados Unidos e no mundo.

Notemos que *semelhante*, aqui, está para *positivo* no sentido trabalhado por Han: *narcísico*, mais do *mesmo* (em oposição ao *negativo*, à alteridade). Trata-se de uma composição de laços sociais pautada sobre referenciais egóicos posto que a referência para a semelhança é o próprio *eu*: seus valores, seus gostos e suas crenças. Essas composições sempre o são, em alguma medida. O que chamou a atenção de Bishop foi que o mesmo referencial passou também a orientar uma série de divisões sociais: o nome de seu livro é *The Big Sort*<sup>67</sup>, a grande separação. O grande aparte.

Como compor e conviver, na *pólis*, com o *alter* quando evitamos o outro e procuramos reiteradamente mais do mesmo? Mais de nós mesmos? Narcisismo, *Eu*, semelhança, *identidade*<sup>68</sup>. Se esses termos tão próximos emergem na pena de autores tão diferentes, veremos, adiante, que isso não se dá por obra do acaso.

---

<sup>66</sup> Pautada no progresso econômico e no trabalho, durante o período dos *Trente Glorieuses*: anos de super-desenvolvimento econômico, pleno emprego, super-expansão da classe média, melhora da qualidade de vida e do *baby boom*.

<sup>67</sup> Cf. Bishop, B. (2008). *The Big Sort: Why the Clustering of Like-minded America is Tearing Us Apart*. New York: Houghton Mifflin Company.

<sup>68</sup> Para Castells (2018), resulta dos efeitos negativos da globalização uma *crise identitária*: “quanto menos controle as pessoas têm sobre o mercado e sobre seu Estado, mais se recolhem numa identidade própria que não possa ser dissolvida pela vertigem dos fluxos globais” (p. 19).

Segundo a leitura que Michiko Kakutani faz de Bishop, essa dinâmica de estabelecimento de laços pela via da semelhança viria a ser ampliada pelo estabelecimento da internet como principal meio de socialização e por sites de notícias responsáveis por abastecer “pontos de vista ideológicos particulares, por fóruns de interesses específicos e pelas redes sociais, que ajudaram as pessoas a se isolarem ainda mais em bolhas de interesses compartilhados” (2018, p. 133). Tim Berners-Lee, criador da World Wide Web, sintetizou, em sua carta para marcar o 28º ano da criação da rede mundial de computadores, de que maneira o remédio tornou-se *veneno*:

Hoje, a maioria das pessoas encontra notícias e informações na web por meio de alguns poucos sites de mídia social e mecanismos de busca. Esses sites ganham mais dinheiro quando clicamos nos links que eles exibem para nós. E eles escolhem o que exibir para nós com base em algoritmos que tomam conhecimento de nossos dados pessoais e que são coletados constantemente. O resultado líquido é que esses sites nos exibem conteúdo em que acham que vamos clicar, o que significa que a desinformação, ou as ‘notícias falsas’, que é surpreendente, chocante ou projetada para apelar aos nossos vieses pode se espalhar rapidamente. [...] Aqueles com más intenções podem manipular o sistema para espalhar desinformação para ganho financeiro ou político. (2017 como citado em D’Ancona, 2018, p. 103)

Foi assim que, a despeito de toda a expectativa depositada no potencial emancipatório dos novos dispositivos tecnológicos desenvolvidos nas últimas décadas, da euforia e das utopias a partir deles sonhadas, sua difusão e popularização na vida cotidiana parecem ter desempenhado a função estrutural da *peripeteia*: momento da tragédia onde um acontecimento, quase sempre imprevisto, altera completamente o rumo da ação; inverte a marcha dos eventos. Se vínhamos, a partir dos anos 1990 e, principalmente, nos anos 2000, experimentando uma era sem precedentes de prosperidade econômica e inigualável desenvolvimento técnico e tecnológico na história humana, houve uma “súbita mutação dos sucessos em seu contrário”.

Já indiquei que esses dispositivos deram margem para sua utilização como meios de manipulação política e que intensificaram em muito a propagação de desinformação. Contudo, é preciso ir além. A *peripeteia* precipita o desenlace trágico, a *katastrophé*. Não ousaria indicar que, como na tragédia clássica grega, a *katastrophé* implicaria o perecimento de nossos protagonistas - aqui, o consenso e o conjunto dos valores liberais. Mas talvez seja prudente

considerar que, depois dos eventos decisivos da *peripeteia*, nada mais pode voltar a ser como antes<sup>69</sup>.

\*

Se recuarmos para o momento histórico do surgimento da tragédia clássica grega e da democracia ateniense, constataremos que outro dispositivo ou tecnologia extremamente importante para nosso devir histórico produzia suas primeiras *peripécias*. Utilizada até hoje - responsável pelo advento de outras técnicas inteiramente novas como a História, o Direito, o comércio, a Matemática e a Lógica -, trata-se de nada menos que a *tecnologia da escrita*.

Quando de seu surgimento, como muitas outras tecnologias que se seguiram, a escrita imediatamente encontrou seus primeiros detratores. Como que por uma fina ironia do destino<sup>70</sup>, um deles foi também um dos homens mais beneficiados, a longo prazo, pelo objeto de sua detração. Platão (ecoando Sócrates, que não escrevia), alertou que a tecnologia da escrita significaria empobrecimento:

Pois esta invenção vai produzir esquecimento na consciência daqueles que aprenderem a usá-la, porque estes deixarão de treinar a memória. Sua confiança na escrita, produzida por caracteres externos que não fazem parte deles, vai desencorajar o uso de sua própria memória, contida dentro deles. Vocês inventaram um elixir não da memória, mas da lembrança; e oferecem a seus pupilos a aparência da sabedoria, e não a sabedoria verdadeira. (Platão, 2008, p. 275a como citado em Gleick, 2013, pp. 39-40)

Como destaca James Gleick, autor de *A Informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada* (2013), a escrita é uma tecnologia languageira: “quando a palavra é representada no papel ou na pedra, assume uma existência separada como artifício. Ela é o produto de ferramentas, e é ela própria uma ferramenta” (p. 39).

A escrita pareceu deslocar o conhecimento para longe da pessoa, guardar suas memórias num espaço de armazenamento. Também separou o orador do ouvinte em muitos quilômetros ou anos. As mais profundas consequências da escrita para o indivíduo e para a cultura, dificilmente poderiam ter sido previstas, mas até Platão foi capaz de enxergar

---

<sup>69</sup> Lembremos, com Santos (2005), que a tragédia, afinal, faz-se “manifestação estética do incerto momento de constituição de um equilíbrio novo”... (p. 49).

<sup>70</sup> Que, aliás, é também um dos elementos da tragédia grega: *Anankê*.

parte do poder dessa dissociação. O indivíduo fala à multidão. Os mortos falam aos vivos, os vivos, aos ainda não nascidos. (Gleick, 2013, p. 40)

O poder dessa primeira memória artificial era incalculável: estava em vias de reestruturar o próprio *pensamento* humano.

Antes do advento da escrita, aponta Gleick, predominavam os modos *orais* de pensamento. A fala era efêmera, sem duração para além do próprio ato de sua enunciação. O autor sublinha que foi com o advento da escrita que uma nova relação para com as *palavras* e para com o conhecimento puderam advir, transformando o próprio modo de pensar. Como essa “memória externa” transmitia “por si” seus conhecimentos, afirmações e constatações, o centro da reflexão gradualmente passou a ser o próprio veículo transmissor do saber: a linguagem e a escrita. Descolando-se do saber vivencial, pessoal ou empírico, afastando-se da experiência concreta, a verdade podia agora ser descoberta simplesmente nas palavras, nas informações que portavam (Gleick, 2013, p. 47). Sua permanência, sua duração no tempo e no espaço tornaram possível uma nova temporalidade para o pensamento que podia agora demorar-se *reflexivamente* sobre aquilo que era dito - sobre suas relações, nexos, causas e efeitos. O advento da linguagem lógica, a análise de premissas e conclusões para fins de corroboração ou refutação, são o resultado da intuição de que já não era mais imprescindível a constatação empírica, vivencial, quando se podia *conhecer* o mundo e o *verdadeiro* por meio da língua e de suas palavras; por meio de afirmações e proposições. O pensamento humano procedia agora de um modo diverso<sup>71</sup>.

E o que pensar disso quando as redes sociais digitais (nossas novas tecnologias contemporâneas) passaram a fazer-se centrais como canais de *informação* em geral, mas especialmente de *informação sobre política*? Quando aquilo que conhecemos sobre o mundo ao

---

<sup>71</sup> Para melhor ilustrá-lo, observemos o exemplo de que se vale Gleick. Luria, um psicólogo russo, descobriu, em seus trabalhos de campo entre os povos iletrados (sem linguagem escrita ou alfabética) das remotas regiões do Uzbequistão e do Quirguistão, nos anos 1930, notáveis diferenças entre os sujeitos iletrados e os letrados, não naquilo que sabiam, mas em sua *maneira de pensar*. “Lógica implica simbolismo: coisas fazem parte de classes, possuem qualidades que são abstraídas e generalizadas. Os povos orais não contavam sequer com as categorias [...] [como] as formas geométricas, por exemplo. [...] Não eram capazes de aceitar silogismos lógicos, ou se recusavam a fazê-lo. Uma pergunta típica: ‘No Extremo Norte, onde há neve, todos os ursos são brancos. Nova Zembla fica no Extremo Norte e sempre há neve por lá. De que cor são os ursos?’ Resposta típica: ‘Não sei. Já vi um urso preto. Nunca vi de outro tipo. [...] Cada localidade tem seus próprios animais’. Em comparação, um homem que tenha acabado de aprender a ler e escrever responderia: ‘A julgar por suas palavras, eles devem ser todos brancos’. A julgar por suas palavras - nessa frase, um nível é ultrapassado. A informação foi dissociada de um indivíduo, dissociada da vivência [empírica] do falante.” (Gleick, 2013, pp. 47-48).



nosso redor, nossa *pólis*, quando nossas opiniões políticas e posicionamentos passaram a ser mediados por esse vetor, por essa tecnologia? De que forma elas influiriam em nossos *modos de pensar*, de conhecer, de nos comunicar e de nos relacionarmos uns com os outros? Aqui reside o cerne de nossa *peripeteia* contemporânea.

\*

Participando de um programa de debates promovido pelo Le Monde Diplomatique Brasil (2018) cujo tema era redes sociais digitais e seus impactos nas eleições presidenciais brasileiras de 2018, a diretora do InternetLab<sup>72</sup>, Mariana Valente<sup>73</sup>, apresentou a noção de *infraestrutura de comunicação em rede*. Ela explica que na abordagem do *ecossistema de mídias* e de suas mudanças recentes, essa noção descreve o fato de que a comunicação contemporânea não está mais topologicamente centralizada. Se antes havia o protagonismo de meios como a televisão e o rádio na propagação e difusão de notícias, hoje esses canais compõem essa *infraestrutura em rede* junto a outros meios de comunicação, como o Twitter, o WhatsApp, o Facebook e o YouTube. Esse novo cenário induziu mudanças drásticas na estruturação e na prática dos ramos de notícias e comunicação. Fala-se, mesmo, em uma crise do jornalismo, contemporaneamente.

Mariana também chamou a atenção para o fato de que são os usuários dessas redes os responsáveis por conectá-las, por produzir essa *rede comum*, interconectada; e que umas das principais características da *infraestrutura em rede* são a velocidade e a massividade com que circulam informações oriundas de canais que não os de massa (canais de *broadcast*, como a televisão ou o rádio), de um veículo a outro, atingindo milhares de usuários. A pesquisadora evocou o exemplo da informação acerca do suposto KitGay que chegou massivamente primeiro aos usuários da rede e somente depois foi noticiado pelos canais de televisão. Ela também salienta que práticas eleitorais ilícitas inéditas foram possibilitadas a partir do uso dessa *rede* e de sua infraestrutura característica, originando-se uma *infraestrutura de propaganda em rede*<sup>74</sup>.

---

<sup>72</sup> Centro de pesquisa independente na área de Direito e de Tecnologia.

<sup>73</sup> Doutora em Sociologia Jurídica pela Faculdade de Direito da USP. Pesquisadora do Núcleo de Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

<sup>74</sup> Como, por exemplo, a compra de pacotes de envio de mensagens via WhatsApp por candidatos. Seria essa uma prática democrática ou antidemocrática?, pergunta-se.

Outro dos debatedores, Márcio Moretto Ribeiro<sup>75</sup>, chama a atenção para o fato de que essas novas modalidades de comunicação dependem da participação ativa e engajada dos próprios usuários para reverberar informações e propagandas. Desse modo, o vetor da propaganda passa a ser o próprio usuário (que deixa a posição de espectador ou receptor passivo). Assim, os difusores de informação não são mais (tanto quanto antes) canais terceiros - mais ou menos indiferentes e iguais para todos -, mas amigos e familiares, pessoas próximas conectadas por meio dessa rede. Com essa horizontalização da infraestrutura de comunicação em rede (antes vertical e unilateral, com a lógica do *broadcast*) haveria uma sorte de *identificação com a fonte* emissora. Ela é, afinal, um *semelhante*. Márcio ressalta que a associação entre propaganda e *familiaridade* daria mais credibilidade ao conteúdo das mensagens compartilhadas. Como declarou Mark Zuckerberg, criador do Facebook: “Nada influencia mais que a recomendação de um amigo de confiança. Uma recomendação de confiança é o Santo Graal da publicidade” (como citado em Lanchester, 2017).

De minha parte, creio que não se trata de algo propriamente novo, senão pelo escalonamento das proporções, da velocidade e do alcance com que pudemos passar a fazê-lo. Concordo com o professor Márcio Moretto Ribeiro quando este afirma que não é suficiente pensar apenas os impactos que as novas mídias e tecnologias teriam em sua dimensão tecnológica sem pensar também o fator de engajamento *ativo* dos usuários na propagação de propagandas e informações (e aqui, no caso, *desinformações* e *fake news*), seu comportamento. Aqui, parece-me, abre-se campo fecundo para a reflexão psicológica e psicanalítica.

Analisando o *novo espaço público* brasileiro constituído depois de 2013 e da consolidação da centralidade das redes sociais digitais como seu *meio* ou mediador, Francisco Bosco (2017) aponta que uma das consequências mais importantes da emergência desse novo espaço foi o questionamento do papel da grande imprensa no debate público e na vida política da nação (p. 68). Para o ensaísta, a crise do jornalismo é mundial e deve-se sobretudo à insustentabilidade de seu modelo de negócios a partir do desenvolvimento da web. Mas o importante aqui é notar que o sentimento de *desconfiança* em relação aos meios tradicionais de comunicação começou a difundir-se.

---

<sup>75</sup> Doutor em Ciências da Computação pela USP e pós-doutor pelo Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (UNICAMP). Professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (USP).

Penso, junto a Michiko Kakutani (e Zuckerman<sup>76</sup>), que os sites de notícias com “pontos de vista ideológicos particulares” encontraram terreno fértil nesse sentimento de desconfiança generalizado. A jornalista e crítica literária identifica uma proliferação desse tipo de veículo de comunicação nos últimos anos, algo que o escritor americano David Foster Wallace chamou de um “caleidoscópio de opções informativas” (2005, como citado em Kakutani, 2018, p. 51). Progressivamente, esses sites tornaram-se fontes preferenciais de produção de conteúdo, transmissão de informação e formação de opinião, difundindo-se majoritariamente pelas redes sociais digitais<sup>77</sup>. Evidentemente, sempre houve pontos de vista ideológicos particulares, mas é importante atentar para as novas proporções que tomaram tais canais (agora com maior alcance e influência) e, principalmente, para a intensificação de sua parcialidade - em decorrência, penso, da *forma* como são estruturadas as redes sociais digitais e a infraestrutura de comunicação em rede como um todo. Isso num momento em que as redes sociais digitais ocupam um lugar central, por vezes exclusivo, como fonte de notícias e de informação. Vejamos essa estrutura.

Como vimos, Han argumenta que vivemos numa era de *excesso*. “A violência da positividade não é privativa, mas saturante; não excludente, mas exaustiva” (2017b, p. 20). Para o filósofo, o excesso de positividade, seja ele informacional, comunicacional ou acontecimental, manifesta-se como excesso de estímulos, informações e impulsos. Isso modificaria radicalmente a estrutura e a economia da atenção humana, fragmentando-a. Para Han, a atenção dispersa, “*hiperatenção*”, caracteriza-se por uma “rápida mudança de foco entre diversas atividades, fontes informativas e processos” (p. 33).

Em *The Attention Merchants* (2016), Tim Wu salienta que, diante desse excesso, o tempo e a atenção dos consumidores tornou-se um dos bens mais disputados pelos mercados. Como há uma saturação de propagandas em circulação, era preciso aperfeiçoar ao máximo seu potencial de captura de atenção, de envolvimento, de engajamento. A centralidade das redes sociais digitais na vida contemporânea fez delas o meio prioritário de veiculação de peças publicitárias.

---

<sup>76</sup> Para quem a baixa confiança na mídia tradicional leva as pessoas a buscarem fontes diferentes de informação (2017).

<sup>77</sup> Ethan Zuckerman (2017) retoma a história dessa progressão. Ressalta que se, por razões financeiras e de alcance, ao longo das últimas décadas os jornais da imprensa tradicional tenderam a evitar posicionamentos e ideias radicais (ou “desviantes”) na promoção de debates públicos, esses novos canais de comunicação deram acolhida justamente a esses posicionamentos e ideias. Para o professor, isso tem a ver com a estrutura dos novos meios digitais, como veremos.

E mais: sua arquitetura, pautada num referencial egóico, nossos gostos e preferências pessoais, serviu perfeitamente para os fins de otimizar ao máximo o potencial de afetação propagandístico, direcionando peças a partir de funções algorítmicas geradas por meio dos dados fornecidos por nós mesmos. Para Wu, talvez o Facebook seja o exemplo mais puro, em toda a história, de uma empresa voltada unicamente para fins de captura e revenda de *atenção*.

Kakutani (2018) chama a atenção para o fato de que, diante de um excesso de informações, com objetivo de *capturar* nossa atenção, notícia e entretenimento começam a estar cada vez mais misturados, tomando lugar matérias sensacionalistas, com conteúdo bizarro ou revoltante, “posts que apelam cinicamente para a parte mais rudimentar de nossos cérebros - para emoções primitivas como medo, ódio e raiva” (p. 151). Nas discussões, ganham relevo “a voz mais alta, a opinião mais chocante”, aquele comentário, em meio a uma infinidade de tantos outros que não leremos (e, nem mesmo que quiséssemos fazê-lo, conseguiríamos) que prende nossa atenção (e que provavelmente recebeu mais cliques e gerou mais comentários) (pp. 207-208).

O jornalista John Lanchester (2017) argumenta que o Facebook - que detém, atualmente, junto ao Google, o monopólio da publicidade na web<sup>78</sup> - oferece aos anunciantes uma ferramenta<sup>79</sup> com um grau de precisão e especificidade inéditos, sem precedentes em qualquer outro meio de comunicação, para direcionar seus anúncios a determinados consumidores. E não apenas para o direcionamento de anúncios, mas também para a definição do fluxo de notícias que é dirigido (ou desviado) a cada um<sup>80</sup>. Assim, constata, “diante da vastidão do conteúdo postado no site, o que você acaba vendo é determinado por algoritmos que filtram e direcionam esse conteúdo”:

---

<sup>78</sup> Retendo, juntos, metade da receita global anual de publicidade digital.

<sup>79</sup> “O Facebook já detinha uma quantidade astronômica de informação sobre as pessoas, suas redes sociais, suas preferências e antipatias declaradas. Depois de despertar para a importância da monetização, acrescentou aos dados que ele próprio colhia um gigantesco estoque novo de dados ligados ao comportamento offline de cada consumidor, no mundo real, adquirido de grandes empresas como a Experian, que há décadas monitora as compras dos consumidores por meio de relações com firmas de marketing direto, empresas de cartão de crédito e varejistas. [...] Essas empresas sabem tudo que se pode saber sobre seu nome e endereço, sua renda e nível de instrução; seu estado civil, além de tudo que você comprou usando um cartão de crédito. Agora, o Facebook poderia combinar a identidade de cada usuário ao identificador único do respectivo aparelho de celular”. (Lanchester, 2017)

<sup>80</sup> “Um exemplo de 2016 foi um anúncio anti-Clinton repetindo o célebre discurso de 1996 em que Hillary falava de ‘superpredadores’. O anúncio foi especificamente direcionado aos eleitores afro-americanos em áreas onde os republicanos ainda podiam – e conseguiram, como ficou demonstrado – superar a votação democrata. Ninguém mais viu os anúncios na ocasião.” (Lanchester, 2017)

As pessoas acreditam que seu ‘feed de notícias’ tem a ver basicamente com seus amigos e seus interesses, e isso é mais ou menos verdade, observada uma condição fundamental: é determinado sim por seus amigos e interesses, mas da maneira como são mediados pelos interesses comerciais do Facebook. Os olhos do usuário são sempre conduzidos para o ponto onde rendem mais para a empresa. (Lanchester, 2017)

O jornalista adverte que não há como mensurar o quanto essas “bolhas” produzidas por filtros diversos são perigosas para a sociedade, mas que “parece óbvio que vêm tendo um impacto considerável sobre nossa ordem civil cada vez mais fragmentada”. A ideia “que temos do que seja ‘nós’ vem ficando mais e mais estreita com o passar do tempo” visto que a natureza do site “tende a separar e atomizar seus usuários em grupos de pensamento semelhante”.

Ethan Zuckerman (2017), professor e diretor do Centro de Mídia Cívica do MIT, argumenta que a estrutura das plataformas de mídia da internet contribui para o que chama de um “ensimesmamento ideológico”. Para o pesquisador, a polarização do diálogo nas mídias resulta da maneira pela qual o civismo é praticado hoje nesses novos dispositivos de comunicação (o ato de compartilhar um conteúdo na *ágora digital*, por exemplo) e das mudanças profundas nos indicadores de confiança em instituições<sup>81</sup>. Para Zuckerman, do ponto de vista do usuário, criar e disseminar conteúdos de mídia parece ser, atualmente, uma das maneiras *aparentemente* mais efetivas de engajamento cívico em um mundo onde a confiança desapareceu. Ressalta, no entanto, citando a pesquisadora Judith Donath, que as notícias não são compartilhadas apenas para informar ou para convencer, mas que são também usadas como um *marcador de identidade*, uma maneira de proclamar a afinidade daquele que as divulga com uma determinada comunidade (Zuckerman, 2017).

É interessante o apontamento de Zuckerman de que a *linguagem* por nós empregada, seja nos mecanismos de busca (como o Google) ou nas redes sociais digitais (como o Facebook), pode servir de filtro para as informações que obtemos ou para os sites aos quais somos direcionados. A premissa (algorítmica) subjacente é de que grupos identitários teriam, para além

---

<sup>81</sup> “Muitas pesquisas demonstraram, nas últimas décadas, um decréscimo constante da confiança em todo tipo de instituição - governo, Congresso, religião, mídia, bancos, escolas públicas e assim por diante, um fenômeno que afeta não só os EUA mas diversos países ocidentais, incluindo o Brasil” (Zuckerman, 2017).

de temas, posições, ideias e preferências em comum, uma *linguagem* particular, do grupo - termos recorrentes, assuntos mais frequentes, etc.

De fato, em *Dataclisma* (2015), um livro dedicado a análises comportamentais a partir da *Big Data* (quantidades massivas de informação reunidas a partir de aplicativos, redes sociais digitais e da rede aberta de internet), o matemático Christian Rudder analisa um estudo realizado sobre a utilização das *linguagens* particulares de grupos no Twitter. Explicando a metodologia empregada, ele afirma que já é possível fazer esse tipo de agrupamento e observações tais como “cerca de 90% dos tuítes enviados por este grupo [o maior dos grupos identificado, aquele de pessoas que empregam palavras com finais encurtados] são direcionados ao próprio grupo, e a linguagem de seus usuários é a mais fortemente ‘característica’ [...]” (p. 67). Assim, é “possível ver não só o que uma pessoa diz como a quem ela diz, quando e com que frequência” (p. 66).

Rudder enfatiza o valor da *palavra* no presente, na era virtual: “sua vida on-line é mediada pelas palavras. Você trabalha, socializa e flerta, tudo digitando. [...] estamos escrevendo mais do que nunca” (p. 60). Indica, também, que as novas plataformas reestruturaram a *forma* de nossa linguagem contemporânea. A nova comunicação é “curta e em tempo real” (p. 61). A “brevidade” e o “imediatismo” são o que a caracterizam.

E é justamente o fato de que a *forma* de nossa linguagem esteja em vias de reestruturação, numa arquitetura mais afeita aos novos *meios* e canais de comunicação dos quais dispomos contemporaneamente, que me parece crucial. Tratando-se de linguagem, os meios pelos quais nos exprimimos são determinantes pois determinam a linguagem, ela mesma. Basta reevocar o exemplo do impacto da escrita na *forma* do pensamento humano. E a linguagem, por sua vez, determina a própria condição ontológica dos sujeitos, *sujeitos*<sup>82</sup> *falantes - parlêtres*. A começar pela dimensão do pensamento e de sua *temporalidade*.

Se a *forma escrita*, sua permanência, sua duração no tempo e no espaço tornaram possíveis uma temporalidade onde o pensamento podia demorar-se reflexivamente sobre aquilo que era dito (e sobre o que era não-dito, o que era semidito...), nossos novos canais de comunicação, plataformas sociais digitais, demandam brevidade e imediatismo. Num contexto

---

<sup>82</sup> O termo não é um acaso, mas uma astúcia da língua: “sujeitos” porque assujeitados à linguagem, que nos dá nossa *ex-sistência*, nossa condição humana. Sujeitos *linguageiros*, sujeitos de linguagem.

sociopolítico de crise que parece convocar-nos à tomada de posição, a expressar impressões e opiniões, fazê-lo rápida e impensadamente não pode deixar de produzir efeitos.

Como ressalta Han, a *experiência* - deixar-se afetar pelo encontro com o Outro (com a *negatividade*, com a *alteridade*) - demanda uma outra temporalidade: um *intervalo*, um tempo de parada. A inquietação e a hiperatividade que caracterizam o excesso de positividade contemporâneo, ao contrário, contribuem para a reprodução de mais do *mesmo*, de mais positividade, de mais *eu*. Daí, talvez, como identificam Sassi e Gurski (2019), da recente proliferação de “narrativas abreviadas”, de “discursos econômicos”, da tendência às sínteses apressadas e ao fechamento de sentidos que acabam, sem o tempo de deixarem-se demorar junto ao Outro, ser por ele afetado, por resvalar em estereótipos estereis, em predicções indiscriminadas do outro<sup>83</sup> (p. 606). Assim, ao invés de interlocução ou diálogo (que pressupõem o reconhecimento de um interlocutor, um Outro que *não sabe* - e do qual não sabemos, por isso *falamos*), tomam lugar os “monólogos”. Cada um fala o que pensa ao outro, do outro, sobre o outro; mas pouco *com* o Outro<sup>84</sup>.

Sassi e Gurski (2019) denotam que essa linguagem estereotipada sobre o outro parece funcionar, assim, como etiquetas, resumos, categorizações que estabelecem e delimitam lugares (p. 610). As autoras aproximam esses discursos econômicos, essas categorizações reducionistas e redutivas à concepção de *linguagem-signo* em Lacan (p. 607). Essa estereotipia discursiva é “capaz de reduzir toda e qualquer complexidade a meros signos linguísticos” (Sassi, 2019, p. 5). Daí a ideia de um “sequestro da palavra”, um sequestro de sua dimensão plurívoca, *criadora de sentidos* (e, conseqüentemente, de realidades), de sua dimensão *significante*. O Outro, aquele sobre o qual não sei (e *reconheço* não saber), num discurso sígnico-totalizante, dá lugar a um outro encerrado, definido: um esquerdista, um fascista. É isso e nada mais que isso.

No contexto político atual, as palavras têm se tornado repetitivas, desgastadas, passando a encurtar a busca por significações. O efeito é de paralisia, uma prisão a discursos e palavras com significações estabelecidas. Maria Rita Kehl (2004) nomeia como totalitárias as formações discursivas que apresentam tais características. Para a autora,

---

<sup>83</sup> Aqui, em minúsculo posto que *imaginário*, especular, projetado. O Outro, grafado com maiúscula, é o lugar da Alteridade.

<sup>84</sup> A noção de Outro em Lacan é abordada de diferentes maneiras ao longo de seu Ensino. Para os fins dessa reflexão, tomo-lo a partir do binômio outro-Outro tal como trabalhado no Esquema L. Cf. Lacan, 1998a; 1998c.

isso se dá quando as significações que participam do laço social estão tão fechadas que não há lugar para a criação, tampouco para o pensamento. Nos parece justamente isso o que tem se destacado nesse contexto: uma incapacidade metafórica e metonímica, onde prevalece o ‘é o que é’ (Kehl, 2004, p. 87), e a informação não mobiliza o pensamento<sup>85</sup>. (Sassi, 2019, p. 13)

No refluxo da Segunda Guerra Mundial, o escritor George Orwell (2011) reconheceu que “quando a atmosfera geral é ruim, a linguagem sofre” (pp. 154-155). Num de seus ensaios mais importantes, *A política e a língua inglesa*, o autor conclamava à necessidade de reconhecer que o caos político de seu tempo estava ligado à decadência da linguagem e que, para provocar alguma melhora social, seria preciso atentar para o campo da linguagem, para os efeitos (políticos) de seu uso corrente (p. 158). Em 1946, Orwell reconhecia e enfatizava que a língua e a linguagem tinham dimensão *política*, que a maneira como as utilizamos promove efeitos em nossas formas de pensar e agir no mundo. “[...] pensar com clareza é o primeiro passo necessário em direção à regeneração política” (p. 143).

Num contexto onde lançamos mão de uma linguagem abreviada e imediata, *sígnica*, ao invés de demorarmos-nos junto ao Outro, apartamos o outro, definindo-o e predicando-o de antemão. Tomamos-nos por tipos, atribuímos-nos *máscaras*. Ao invés de pensar, agredimos-nos. Lutamos.

\*

Em seu ensaio *A vítima tem sempre razão? : Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro* (2017), Francisco Bosco propõe que o contexto político atual é marcado pela emergência de um *novo espaço público*, decorrente de três fatores: as revoltas de junho de 2013, “momento de instauração de uma nova cultura política da sociedade, desde então indócil, explicitando sistematicamente todos os seus conflitos”; o colapso do lulismo (“tendência ao não enfrentamento direto das tensões sociais”); e a emergência das redes sociais digitais, “tornadas, nesse contexto, plataforma de explicitação generalizada dos conflitos” (pp. 10-11). Para Bosco, as redes sociais digitais formam o *núcleo* do novo espaço público brasileiro à medida que se

---

<sup>85</sup> Também para Han (2017a), o excesso, a saturação e a massividade de informação não mobilizam o pensamento, que precisa de negatividade, de vazio, de tempo e espaço para desenvolver-se (p. 17).



fazem seu *meio*<sup>86</sup>, seu mediador. Que esse novo espaço seja constitutivamente mais democrático que o espaço público tradicional, mas também mais intenso e indócil, mais polarizado, dogmático e violento, isso explica-se pela própria natureza de seu *meio* (p. 70), argumenta.

Descentradas e fragmentadas, “as redes digitais mobilizam nichos (informações, ideários e dinâmicas que variam de acordo com os diversos segmentos)” (p. 14). Como vim expondo, esses nichos, formados a partir de laços de *semelhança*, reiteram uma lógica identitária, narcísica, onde a referência egóica impera e vetoriza aqueles com quem interagimos, mas também aquilo que lemos e como nos informamos. É por essa razão que Bosco compreende o meio digital das redes sociais como amplamente situado no *registro imaginário* (p. 70). Reunindo ao mesmo tempo personalidade e coletividade, nas redes sociais o destinatário é múltiplo, mas esse múltiplo é formado por um conjunto de indivíduos concretos:

Como no espaço público tradicional<sup>87</sup>, uma intervenção pode atingir milhões de pessoas; mas, diferentemente do que se passa naquele, essas pessoas estão ali, presentes, se não empiricamente, imaginariamente, com seus narcisismos sempre a postos. Essa copresença imaginária dos participantes é o que torna as redes sociais digitais um espaço público em larga medida inscrito no registro imaginário - que é o campo do narcisismo, logo, da agressividade. É a copresença imaginária, em grande escala quantitativa, que propicia os comportamentos grupais violentos e covardes: as 'lacrções', os *public shamings*, os escrachos digitais, os linchamentos. (pp. 70-71).

O registro imaginário opera segundo uma lógica binária, de rivalidade: “ou eu ou o outro”. O “eixo imaginário”, tal como formalizado por Lacan, vai de um *outro imaginário* a um *eu imaginário* que se forma especularmente nessa relação. Esse *eu imaginário* é a auto-imagem que temos de nós mesmos. Na relação com o *outro*, o *eu* funciona *paranoicamente* - e não tem como não fazê-lo pois é a partir de sua auto-referência, nessa linha *imaginária* que vai do *eu* ao *outro*, que o *eu* presume, antecipa, especula, projeta, teme, inveja, disputa, rivaliza, etc. Daí de Lacan afirmar que o próprio conhecimento humano é estruturado paranoicamente (1998b, p. 99).

---

<sup>86</sup> Bosco remete a Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.

<sup>87</sup> “O espaço público tradicional (imprensa, universidade, livros, simpósios, etc.) possui os traços da impessoalidade [...]. Quando, por exemplo, se escreve um artigo para jornal, se publica um livro ou um ensaio em revista acadêmica, o destinatário é impessoal; escreve-se para um leitor abstrato, potencialmente universal (não num sentido empírico, claro). Isso garante a esse espaço público seu traço de pertencimento fundamental ao registro do simbólico, exceto em casos específicos [...]” (Bosco, 2017, p. 70).

É pela via da intervenção do simbólico (da função da fala e do campo da linguagem) que se torna possível transcender esse outro e reconhecer que há um Outro para além dessa linha binária - um Outro o qual não conheço mas *reconheço* (em sua negatividade, em sua alteridade, em sua insondabilidade). Por via desse outro eixo, que cruza o primeiro, imaginário, a agressividade e a rivalidade podem ser sublimadas e o estabelecimento de um laço social é possibilitado. Não mais *semelhantes* em disputa, mas semelhantes irmanados por aquilo em comum que lhes falta. Essa é a razão pela qual Lacan marca, no texto sobre o *estádio do espelho* (1998b, p. 101), a passagem de um *eu especular* para um *eu social*.

Estando o novo espaço público - seja ele virtual ou não - orientado sobre o registro imaginário, imperam as lógicas binárias, rivalitárias. Não há espaço para a coabitação. Se a função simbólica é a possibilitadora da *mediação* e do *fazer-comum*, do *reconhecimento* do Outro em sua dimensão de alteridade, as novas formas de comunicação - e as peculiaridades espaço-temporais dos novos meios de/para comunicação - têm incidido sobre as possibilidades de fazer essa passagem de um outro a Outro. Lançando mão de uma linguagem-sígnica, encurtada e totalizante, *imediata* (posto que não-mediada, sem a mediação que demanda um tempo do qual já não usufruímos, breves que somos), permanecemos num registro interativo predominantemente imaginário, projetivo e egocentrado. Organizado sobre a lógica do imaginário e, por isso, *polarizado* (dual e rivalitário).

Também Han considera que “os novos meios de comunicação e as técnicas de comunicação estão destruindo cada vez mais a relação com o outro”; que o “mundo digital é pobre em alteridade” (2017b, p. 91). Isso porque nos círculos virtuais, argumenta, “o eu pode mover-se praticamente desprovido do ‘princípio de realidade’, que seria um princípio do outro e da resistência” que oporia certa negatividade diante de nossos referenciais egóicos. Nesses círculos, “o eu narcísico encontra-se sobretudo consigo mesmo. A virtualização e digitalização estão levando cada vez mais ao desaparecimento da realidade que nos oferece resistência” (pp. 91-92).

As mídias sociais e sites de busca constroem um *espaço de proximidade* absoluto onde se elimina o *fora*. Ali encontra-se apenas o si mesmo e os que são iguais; já não há mais negatividade, que possibilitaria alguma modificação. Essa *proximidade digital* presenteia o participante com aqueles setores do mundo que lhe *agradam*. Com isso, ela derriba o

caráter público, a consciência pública; sim, a consciência *crítica*, privatizando o mundo. A rede se transforma em esfera íntima ou zona de conforto. (Han, 2017a, p. 81)

Nas palavras de Bosco (2017), as redes sociais digitais “operam segundo uma lógica algorítmica que tende a produzir relações entre indivíduos com afinidades múltiplas, logo menos expostas ao contraditório” (p. 78). O psicanalista e professor da USP, Christian Dunker, afirmou em entrevista que

a linguagem digital e as redes sociais em particular nos ‘viciam’ tão facilmente porque nos oferecem meios para reduzir o tamanho do mundo, criar muros de invisibilidade, agregar massas de identidades semelhantes, projetar inimigos de ocasião (só para gozarmos entre nós do fato de que não somos como eles) [...]. (Rosa, 2018)

As redes “deformariam o *eu*”, argumenta Dunker<sup>88</sup>, tornando-o perspectiva e proporcionalmente demasiado grande; e o mundo, a alteridade e o Outro, demasiado pequenos. Tanto para Bosco (2017) como para Dunker (GloboNews, 2018) as plataformas digitais enquanto *meios* de socialização facilitam o agrupamento em torno de *semelhantes* e o aparte em relação ao “contraditório” (ao *negativo* ou à alteridade, no vocabulário de Han); e isso, para ambos os autores, possibilitaria aos usuários desses meios assumir um funcionamento tal como os “estados de massa” descritos por Freud em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*.

Neste ensaio, Freud (2013) esclarece que esses fenômenos de massa - seja a dependência ao grupo, a dificuldade de opor-se a ele ou a identificação unitiva a uma ideia ou traço comum - não são apenas atípicos, momentâneos e efêmeros, mas também fazem parte da constituição rotineira da sociedade humana. Freud relembra o quanto “cada indivíduo é dominado pelas atitudes de uma psique de massa, atitudes que se manifestam sob a forma de peculiaridades raciais, preconceitos de classe, opinião pública e afins” (p. 114). Explica, ainda, que “cada indivíduo é parte integrante de muitas massas, é multiplamente ligado por identificação e construiu seu ideal do eu segundo os mais diversos modelos. Assim, cada indivíduo participa de muitas psiques de massa, a de sua raça, sua classe, sua comunidade religiosa, seu Estado, etc” (p. 133).

---

<sup>88</sup> Cf. Diálogos com Mario Sergio Conti - O comportamento das massas na política (GloboNews, 2018).

Um indivíduo que age compelido por um estado de massa comporta-se diferentemente, marca Freud: pensa, sente e age de modo inteiramente diferente; tende a homogeneizar seu comportamento aos dos demais; sente-se poderoso e livre de responsabilidades (p. 44). Tende a agir imediatamente, sua afetividade intensificando-se extraordinariamente e sua capacidade intelectual limitando-se notavelmente<sup>89</sup> (p. 65). A massa é influenciável, crédula, desprovida de crítica: “para ela, o improvável não existe” (Le Bon, 1895, p. 32 como citado em Freud, 2013, p. 47). Seus sentimentos são sempre muito simples e muito exagerados. “Assim, a massa não conhece nem a dúvida, nem a incerteza. Ela vai logo ao extremo; a suspeita manifestada logo se transforma em certeza irrefutável, um germe de antipatia se transforma em ódio selvagem” (Le Bon, 1895, p. 32 como citado em Freud, 2013, pp. 47-48).

Interessa-me a observação de Freud de que o líder ou a ideia condutora que unificam a massa em torno de si<sup>90</sup> “também poderiam se tornar negativos, por assim dizer; o ódio a determinada pessoa ou instituição poderia atuar da mesma maneira unificadora que a afeição positiva e produzir ligações emocionais semelhantes” (2013, p. 86). Assim os integrantes de uma massa psicológica associar-se-iam fraternalmente, dirigindo seu *ódio* comum a uma pessoa ou grupo *rival*. Tendo seus sentimentos de hostilidade desrecaçados, como estipula Freud; sem a mediação da palavra (em função das características do funcionamento de massa descritos acima), prevaleceria um funcionamento *imaginário* - o *eu social* regredindo para uma interação *especularizada*: agressiva, paranoica, projetiva, rivalizatória. Aqui encontraríamos alguns elementos para pensar a hostilidade do Coro para com a atriz-protagonista - e, transcendendo nossa cena, a radicalização da agressividade no contexto de polarização sociopolítica que atravessamos.

Acompanhando desde 2016 grupos de pessoas autodeclaradas conservadoras e suas manifestações<sup>91</sup> nas redes sociais e no espaço urbano, a antropóloga Isabela Oliveira Kalil<sup>92</sup> observou os mesmos fenômenos descritos por Freud em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*: “Quando a violência é performada, existe um efeito de contaminação que vai se alargando e

---

<sup>89</sup> “[...] é evidente que ambos os processos estão orientados para uma adaptação aos demais indivíduos da massa” (Freud, 2013, p. 65).

<sup>90</sup> Por meio da *identificação* com essa ideia (e dos membros da massa entre si - *semelhantes*).

<sup>91</sup> Cf. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018.

<sup>92</sup> Professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

aquilo que era considerado inaceitável, aos poucos, vai se tornando aceitável e se banaliza” (Brandino, 2019). Ela constata que em um contexto marcado pela violência, “as pessoas comuns também estão aptas a reproduzi-la, independentemente do perfil de comportamento”.

Em *Os Instintos e seus destinos* (2010a), ensaio anterior, Freud propõe que os mecanismos de projeção (regidos pelo *princípio do prazer*) funcionam de modo que aquilo que para o Eu é objeto de prazer é *introjetado* (ele reconhece como fazendo parte de si) e aquilo que lhe é desprazeroso (que é custoso reconhecer como fazendo parte de si) é *projetado* para o exterior (pp. 74-76). Assim, o *Eu*<sup>93</sup> ver-se-ia imaculado, “purificado” (é o termo que utiliza Freud). Segregando uma “parte integrante do próprio Eu”, projetando-a no mundo externo (num outro), o Eu a percebe “como inimiga” (p. 75). Daí de num funcionamento imaginário, especularizado, enfim, *polarizado*, a lógica binária ser também *maniqueísta*<sup>94</sup>.

Em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, Freud (2013) também indica que nas antipatias e aversões francas é possível reconhecer a expressão de um “amor-próprio, de um narcisismo, que aspira por sua autoafirmação” (p. 88). A partir daí, Francisco Bosco (2017) compreende a identificação grupal e o dispositivo de massa como uma espécie de “máquina de reconhecimento” propiciadora de “recompensas narcísicas” (p. 158). A oposição a um outro ou a um grupo de outros, sua exclusão, poderia, assim, não apenas instaurar mas também *reafirmar* os laços do grupo identitário, produzindo recompensas narcísicas de reconhecimento recíproco (pp. 158-159). Reafirmar e fortalecer um *nós* a partir da oposição a um *eles*: nós, os honestos, contra eles, os corruptos; nós, os benevolentes, contra eles, os mal-intencionados; nós, os esclarecidos, contra eles, os ignorantes.

\*

---

<sup>93</sup> “Eu imaginário”, diríamos com Lacan.

<sup>94</sup> Como escreveu o psicanalista Contardo Calligaris em uma coluna para a *Folha de S.Paulo*, “a vontade exasperada de afirmar sua diferença é própria de quem se sente ameaçado pela similaridade do outro”. Aquilo que mais repudiamos no outro pode ser justamente aquilo o qual, não podendo reconhecemos como nosso (ou como nós), imaginariamente *projetamos* sobre ele. Cf. Calligaris, C. (2008, abril 24). A turba do “pega e lincha”. *Folha de S.Paulo*. Recuperado em 15 de outubro, 2019, de <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2404200826.htm>

## Inconclusão

Desafiadora é a tarefa de examinar o contemporâneo. A falta de distanciamento, a proximidade em demasia promovem uma sorte de hipermetropia - é difícil observar e precisar com clareza o que se passa, *intenso agora*. Mas, penso, trata-se de um exercício louvável e, mesmo, necessário. Em tempos de excesso - acontecimental, de informações, de notícias -, em tempos de brevidade e imediatismo, hiperatividade, permitirmo-nos o vaguear contemplativo, um demorado sobrevôo parece-me potente, salutar. Mais do que *certezas*, nosso tempo pede *suspensão*. E demora.

Como escreveu Karina Sassi, em sua dissertação (2019) - tomo de empréstimo suas palavras -, não há respostas para as difíceis perguntas formuladas neste trabalho, “o que há são tentativas de alargar o tempo de compreensão em um contexto em que o tempo se encontra totalmente solapado pelas respostas prontas, pela convocatória de opiniões categóricas e pelo achatamento daquilo que é complexo”. “É complexo”, sim, “e não há como não ser” (p. 32). Resgatar “o movimento do que se encontra parado e parar o que não consegue deixar de se movimentar nos parece um gesto fundamental ao nosso tempo” (p. 35). Quiçá recobrar, como postula Han (2011b), uma *pedagogia nietzscheana do ver*.

Se ainda for possível ver,

*reparemos...*

Fiz deste ensaio ocasião para debruçar-me sobre a literatura contemporânea, sobre autores de campos diversos do saber que também se dedicaram a pensar o que é que se nos passa, afinal. Não é simples tarefa. De minha parte, permitindo-me demorar-me junto ao Coro de nossa cena, suas paixões e seus afetos, fiei-lhe *verdade* - ainda que uma sua, toda própria. Amparado na tradição crítica dos estudos clássicos, interpretei seu *pathos* como expressão de uma verdade cívica, de uma “verdade da cidade”. Tratou-se de uma *escuta-leitura* que lesse a

referida cena *como* tragédia. Se toda verdade é *meia-verdade* e se toda interpretação é parcial, em parte inventiva<sup>95</sup>, visou-se, antes de qualquer outra coisa, ampliar perspectivas.

Contra a precocidade diagnóstica - que julgo ensurdecadora -, tentei, junto a uma série de pensadores externos ao campo da psicanálise, *escutar*: escutar o que exprimem os insatisfeitos, o que bradam os ressentidos, o que denunciam os traídos. Tentei situar alguns desses afetos atinentes a esse circuito afetivo paralelo, tão fundamentais aos enlaces e desenlaces sociopolíticos recentes. Essas paixões e esses afetos em sua relação com a crise da democracia representativa produzem efeitos, têm consequências sociais, políticas, subjetivas. Discutindo-as junto aos efeitos sociopolíticos em nossa *pólis* e em nossos *modos de ser* e viver produzidos pela globalização e pelo novo neoliberalismo, o que tentei foi, em suma, estabelecer diálogos possíveis com o campo conceitual psicanalítico - que tanto tem a oferecer, desde que seguindo a recomendação freudiana: a escuta tem de vir antes da *certeza*. O que tentei foi criar e habitar um limiar fronteiro.

Talvez nossa época “seja o fim do Estado moderno”, ponderou David Runciman (Schwartz, 2018). “O fim do Estado moderno não é o fim da história”, considerou o cientista político - contrapondo as teses de Fukuyama -, “porque o Estado moderno é um fenômeno histórico. [...] Um erro que cometemos é perder tempo definindo a democracia com parâmetros do passado - especialmente os que se referem aos dias de glória do final do século XX”. “Nossas instituições estão sendo testadas de outras maneiras, e temos recursos diferentes para reagir” (Melo, 2018). Parece-me que com essas afirmações, Runciman convida-nos a abrir mão do alarmismo e, antes, *reconhecer* que algo se passa. Começar a atentar para o que é.

De fato, em um novo momento histórico, nossas democracias, nossos Estados Modernos enfrentam os desafios inéditos colocados pelas redes sociais digitais (gozam, também, das benesses e possibilidades apresentadas por esse novo espaço público). Essa virada proporcionada pela incidência das redes sociais digitais na *pólis* e na democracia, propus lê-la como *peripeteia*.

Se a rede mundial de computadores surgiu como utopia virtual-informacional verdadeiramente horizontal, comunicativa e coletiva, Raquel Rolnik e André Deak (2018) apresentam a ideia de que o território virtual, antes livre, fora *colonizado*.

---

<sup>95</sup> Cf. Freud, 2018.

Muitos de nós vimos a internet chegar nas casas das pessoas com esperança. Pensamos que finalmente poderia ter surgido uma tecnologia para apoiar e promover a democracia em seus mais amplos sentidos. Cultura, educação e comunicação para todos, em todos os lugares, em um click. No entanto, décadas depois do lançamento da web, o espaço virtual da rede foi ocupado pelo poder econômico [...].

[...] empresas e grupos econômicos têm se mobilizado ao redor do mundo para controlar os territórios virtuais e, com isso, pressionar populações inteiras para que façam determinadas escolhas, de consumo e também políticas [...].

O alcance das mensagens que postamos não está na qualidade do que produzimos, mas nos recursos financeiros de impulsionamento destas mensagens. Circulam as mensagens que foram mais bem pagas, seja através de robôs, de recursos de impulsionamento massivo via whatsapp, ou pagamentos diretos para o Facebook ou Google. Ou seja, como na velha colonização dos séculos precedentes, ocupa o território virtual quem tem maior poder econômico. (Rolnik & Deak, 2018).

Como argumentei na Parte II, nosso espaço público passou a ter as redes (mundiais de computadores e sociais digitais) como *meios*, como *mediadores* da democracia e das ações políticas e cidadãs. Redes *colonizadas*, novo *lugar* da Política - nova *ágora*. E isso não deixa de implicar seus efeitos.

Se voltarmos-nos para os começos da era Moderna, marcada pela difusão dos valores liberais, encontraremos a afirmação da Imprensa como o quarto poder<sup>96</sup> na manutenção de uma democracia liberal. A Imprensa organizada enquanto tal pauta-se na premissa de que a distribuição equilibrada da informação é parte fundamental para o bom andamento democrático, à medida que numa democracia liberal o povo, Soberano, toma suas decisões políticas (supostamente racionais) à luz das informações de que dispõe - informações providas pela Imprensa livre. Daí a importância que veio a assumir, na discursividade liberal, o princípio de liberdade de expressão, originalmente erigido contra a censura dos tiranos. Eis as premissas liberais: um espaço público onde predomina o diálogo, o esclarecimento, a livre circulação de informação, ideias e opiniões e a tomada de decisão do Soberano por meio do debate amplo e aberto, mediado pela Razão. A própria Imprensa emerge, enquanto tal, com seu lugar no jogo democrático, como uma instituição liberal. Parte fundamental ao funcionamento de uma democracia liberal.

---

<sup>96</sup> Essa nomeação veio posteriormente, evidentemente.



Como vimos, no entanto, a difusão das redes sociais digitais, sua preferência como canal e meio de obter informação - bem como a preferência pelos veículos excêntricos, fora da lógica do *broadcast*, possibilitados pelas facilidades da rede mundial de computadores -, a nova *infraestrutura de comunicação em rede*, em suma, inaugurou um novo momento histórico para nossos Estados modernos. Fenômenos históricos por si mesmos, estes passaram a sofrer os efeitos de uma mudança de era ou paradigma, de uma transição da Modernidade para a *Pós-Modernidade* (Lyotard, 1998).

Esses novos veículos excêntricos (e o filtro ou mediação algorítmico-egocentrado das redes sociais digitais) incidem diretamente na premissa ou finalidade liberal de um compartilhamento comum (e, na medida do possível, universal) da informação; na constituição de um efetivo espaço *público* de construção e debate. Ao passo que a informação acerca do mundo e da *pólis* se vetoriza, fornecida *on demand* (cada um se informa sobre o que lhe agrada, unicamente sob uma perspectiva que lhe agrada), transforma-se o *fazer político* cidadão; transformam-se as tomadas de decisões políticas, os modos de expressão linguística, a própria apreensão do mundo. Se um espaço público comum a todos é a base de uma democracia liberal, nesse novo momento inaugurado por nossa *peripeteia* sofreremos consequências e efeitos cada vez mais perceptíveis, mas que ainda - enquanto *intenso agora* - escapam à nossa compreensão. Será preciso atenção, demora, escuta, um verdadeiro trabalho do pensamento. Um pensamento que se faça *pensante* (Meneses, 1996). Vejo na psicanálise, principalmente com as elaborações lacanianas acerca da tópica do imaginário, ferramentas potentes para pensar os novos fenômenos que se nos apresentam.

Propus ler nossa cena e os fenômenos que ela figura e representa como expressão de um desequilíbrio relacionado à crise do modelo representativo de democracia, como expressão estética do incerto momento de constituição de um equilíbrio novo, ainda por vir. Este novo equilíbrio, em vias de construção, ninguém pode ainda precisá-lo - resta em aberto. Para o filósofo Slavoj Žižek, trata-se de um *janela de oportunidade* que demanda ousadia e inventividade, uma reinvenção depois da dissolução do consenso liberal capitalista por ele apontada (Blog da Boitempo, 2018). Seja como for, o que vier a suceder demandará um

cuidadoso trabalho de escuta e de consideração dos afetos emergentes, dos efeitos de nosso *agora* em nosso *convívio*, em nossa temporalidade, em nossa linguagem.

Diante da atomização social e da erosão da coletividade, de narcisismo e hiperatividade, de “reformulação da alma” a partir da economia (neoliberal), o cientista político americano Mark Lilla<sup>97</sup> apresenta um caminho que, ainda que simples, parece importante. Se, como aponta d’Ancona (2018), há algumas décadas a condição de *cidadão* passou por um processo de apassivamento, dando lugar à condição de *consumidor*, é preciso, afirma Lilla (2016), recuperar a condição e a ideia de cidadania. Nos últimos anos a democracia foi vendo-se reduzida a uma relação entre políticos “profissionais” atuando tal como gestores e cidadãos agindo tal como consumidores - indicando suas insatisfações, reivindicações e preferências desde um lugar desimplicado da gestão. Daí de Han (2011b, p. 120) afirmar que já não se faz mais *política*<sup>98</sup> (e que no melhor dos casos, somos governados por bons gestores). O *público* descaracteriza-se, privatiza-se. Concebe-se o Estado como um prestador de serviços, esvaziando sua dimensão pública, de cidadania - fundamento da democracia cidadã, de uma *pólis*.

Com isso, Lilla (2016) afirma que retivemos a ideia, fundamental à democracia, de *direito* - talvez de um *direito do consumidor*, reivindicativo<sup>99</sup>, pondero -, mas que perdemos a ideia de *dever civil*; a ideia de que cidadania e democracia não se trata apenas de direitos, mas de deveres para com o próximo, para com o outro, para com a *pólis*. A *política* que não mais se faria, na concepção aristotélica de que fala Han, é a produção de *belos atos* na *pólis* (sendo a Justiça bela, para Aristóteles, por exemplo), algo que façamos não pela coerção da necessidade, mas no exercício de nossa liberdade - a partir de nossa e por nossa implicação no *comum*. Em tempos de atomização do social e erosão do coletivo, o que Lilla chama um *neoliberalismo social*, o autor afirma ser preciso recuperar a noção de dever e de solidariedade para restabelecermos uma trama social cidadã e novamente *comum*. Reinventar a Democracia?

---

<sup>97</sup> Autor de *O progressista do ontem e do amanhã*. Cf. Lilla, M. (2018). *O progressista do ontem e do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras.

<sup>98</sup> Na concepção aristotélica do termo.

<sup>99</sup> Daí daquelas frases tão comuns: “Eu pago imposto! Vocês trabalham para mim! Vocês são meus funcionários!”.

## Referências bibliográficas

- Anderson, P. (2017). Neoliberalismo: ordem contestada. *Revista Instituto Humanitas Unisinos On-line*. Recuperado em 9 de junho, 2019, de <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/566135-neoliberalismo-ordem-contestada>
- Arantes, P. (2016). *Prefácio*. Em: Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil (p. 7). São Paulo: Boitempo.
- Arendt, H. (2018). *O que é Política?* Em: O que é Política?. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Obra originalmente publicada em 1950).
- Aristóteles. (1991). *Poética*. Em: Aristóteles (pp. 245-285). (Col. Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural.
- Blog da Boitempo. (2018, dezembro 4). Žižek: A eleição de Bolsonaro e a nova direita populista. *Blog da Boitempo*. Recuperado em 18 de junho, 2019, de <https://blogdaboitempo.com.br/2018/12/04/zizek-a-eleicao-de-bolsonaro-e-a-nova-direita-populista/>
- Bosco, F. (2017). *A vítima tem sempre razão?: Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro*. São Paulo: Todavia.
- Brandino, G. (2019, agosto 18). Como age o extremismo de direita no Brasil, segundo esta pesquisadora. *NEXO*. Recuperado em 15 de outubro, 2019, de [https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2019/08/18/Como-age-o-extremismo-de-direita-no-Brasil-segundo-esta-pesquisadora?fbclid=IwAR3IMqYDBNG9PQJFTP48RcBo4J1JIK44TvS2sc1aDmAAAY6j92g8IJU\\_wzkA](https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2019/08/18/Como-age-o-extremismo-de-direita-no-Brasil-segundo-esta-pesquisadora?fbclid=IwAR3IMqYDBNG9PQJFTP48RcBo4J1JIK44TvS2sc1aDmAAAY6j92g8IJU_wzkA)
- Bucci, E. (2016). *A forma bruta dos protestos: Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Castells, M. (2018). *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Charleaux, J. (2019, janeiro 12). O que é globalismo, segundo este pesquisador do tema. *Nexo*. Recuperado em 31 de maio, 2019, de <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2019/01/12/O-que-%C3%A9-globalismo-segundo-este-pesquisador-do-tema>
- D'Ancona, M. (2018). *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Barueri: Faro Editorial.
- Dardot, P. & Laval, C. (2019). Anatomia do novo neoliberalismo. *Revista Instituto Humanitas Unisinos On-Line*. Recuperado em 30 de setembro, 2019, de

<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierr-e-dardot-e-christian-laval>

Dardot, P. & Laval, C. (2017). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. (Col. Estado de Sítio). São Paulo: Boitempo.

Diegues, C. (2015, maio 24). A felicidade não se compra. *O Globo*, coluna. Recuperado em 11 de julho, 2019, de <https://oglobo.globo.com/opiniaao/a-felicidade-nao-se-compra-16241321>

Folha de S.Paulo. (2013, setembro 26). O Brasil estragou tudo?, questiona revista 'The Economist'. *Folha de S.Paulo*. Recuperado em 5 de agosto, 2019, de <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/09/1347724-brasil-estragou-tudo-questiona-revista-economist.shtml>

Fourastié, J. (1979). *Les Trente Glorieuses, ou la révolution invisible de 1946 à 1975*. Paris: Fayard.

Freud, S. (2018). *Construções na análise*. Em: Obras completas (Vol. 19, pp. 327- 344). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra originalmente publicada em 1937).

Freud, S. (2010a). *Os instintos e seus destinos*. Em: Obras completas (Vol. 12, pp. 51-81). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra originalmente publicada em 1915).

Freud, S. (2013). *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre: L&PM. (Obra originalmente publicada em 1921).

Freud, S. (2010b). *Recomendações ao médico que pratica a psicanálise*. Em: Obras completas (Vol. 10, pp. 147-162). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra originalmente publicada em 1912).

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. (2018). *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. Recuperado em 15 de outubro, 2019, de [https://www.fespsp.org.br/store/file\\_source/FESPSP/Documentos/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf](https://www.fespsp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf)

Fukuyama, F. (1992). *The End of History and the Last Man*. New York: Free Press.

Gleick, J. (2013). *A informação: Uma história, uma teoria, uma enxurrada*. São Paulo: Companhia das Letras.

GloboNews. (2018, outubro 19). Diálogos com Mario Sergio Conti - O comportamento das massas na política. [Arquivo de Vídeo]. Recuperado em 16 de outubro, 2019, de <https://globosatplay.globo.com/globonews/v/7098784/>

Han, B-C. (2017a). *Sociedade da transparência*. Petrópolis: Vozes. (Obra originalmente publicada em 2012).

Han, B-C. (2017b). *Sociedade do cansaço*. (2a ed.). Petrópolis: Vozes. (Obra originalmente publicada em 2010).

Houellebecq, M. (2015). *Submissão*. Rio de Janeiro: Objetiva.

IstoÉ. (2010, agosto 25). Nunca fomos tão felizes, n. 2128. Recuperado em 2 de agosto, 2019, de [https://istoe.com.br/edicao/600\\_NUNCA+FOMOS+TAO+FELIZES/](https://istoe.com.br/edicao/600_NUNCA+FOMOS+TAO+FELIZES/)

Kakutani, M. (2018). *A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump*. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Kumar, A. (2019, september 24). Decoding Trump's speech before the United Nations. *POLITICO*. Retrieved in september, 25, 2019, from <https://www.politico.com/story/2019/09/24/trump-speech-at-un-1507923>

Lacan, J. (1998a). *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*. Em: Escritos (pp. 537-590). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Lacan, J. (1998b). *O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica*. Em: Escritos (pp. 96-103). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Lacan, J. (1998c). *O seminário sobre "A carta roubada"*. Em: Escritos (pp. 13-66). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Lacan, J. (1975). Yale University, Kanzer Seminar. *Scilicet*, 6/7, 7-31.

Lanchester, J. (2017, setembro). Você é o produto: Mark Zuckerberg e a colonização das redes pelo Facebook. *Piauí*, n. 132. Recuperado em junho, 10, 2019, de <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/voce-e-o-produto/>

Lasch, C. (1983). *A Cultura do Narcisismo: A Vida Americana numa Era de Esperanças em Declínio*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra originalmente publicada em 1979).

Lasch, C. (1995). *A rebelião das elites e a traição da democracia*. Rio de Janeiro: Ediouro. (Obra originalmente publicada em 1995).

Lasch, C. (1986). *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Editora Brasiliense. (Obra originalmente publicada em 1984).

Le Monde Diplomatique Brasil. [Le Monde Diplomatique Brasil]. (2018). Eleições, Desinformação e Redes Sociais - Programa Diplomatique Brasil #14 [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=7M8O1XWmfTc>

Lilla, M. (2016, november 18). The End of Identity Liberalism. *The New York Times*. Retrieved in november, 13, 2019, from <https://www.nytimes.com/2016/11/20/opinion/sunday/the-end-of-identity-liberalism.html>

Lyotard, J-F. (1998). *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio. (Obra originalmente publicada em 1979).

Maciel, C. (2019, janeiro 21). Patrimônio dos 26 mais ricos do mundo é igual ao da metade mais pobre. *Agência Brasil*. Recuperado em 2 de junho, 2019, de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-01/patrimonio-dos-26-mais-ricos-do-mundo-e-igual-ao-da-metade-mais-pobre>

Melo, L. (2018, setembro 26). David Runciman: “Estamos presos a instituições ultrapassadas e não sabemos como alterá-las”. *Época*. Recuperado em 18 de junho, 2019, de <https://epoca.globo.com/david-runciman-estamos-presos-instituicoes-ultrapassadas-nao-sabemos-como-altera-las-23188456>

Meneses, P. (1996). Hegel como mestre de pensar. *Síntese*, 23(73), 149-158.

Miguel, L. (2016). *A democracia na encruzilhada*. Em: Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil (pp. 31-37). São Paulo: Boitempo.

Orwell, G. (2011). *A política e a língua inglesa*. Em: Como morrem os pobres e outros ensaios (pp. 142-158). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1946).

Rolnik, R. & Deak, A. (2018, setembro 22). A colonização do território virtual e o trágico exemplo das eleições. *UOL*, A cidade é nossa. Recuperado em 18 de novembro, 2019, de <https://raquelrolnik.blogosfera.uol.com.br/2018/10/22/a-colonizacao-do-territorio-virtual-e-o-tragico-exemplo-das-eleicoes/>

Rosa, A. (2018, julho 7). A reflexão do psicanalista Christian Dunker sobre como a interação nas redes deforma a noção do ‘eu’. *HuffPost*. Recuperado em 16 de outubro, 2019, de [https://www.huffpostbrasil.com/2018/07/07/a-reflexao-do-psicanalista-christian-dunker-sobre-como-a-interacao-nas-redes-deforma-a-nocao-do-eu\\_a\\_23459405/](https://www.huffpostbrasil.com/2018/07/07/a-reflexao-do-psicanalista-christian-dunker-sobre-como-a-interacao-nas-redes-deforma-a-nocao-do-eu_a_23459405/)

Rudder, C. (2015). *Dataclisma. Quem somos quando achamos que ninguém está vendo*. Rio de Janeiro: BestSeller.

Safatle, V. (2015). *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify.

Salles, J. (2017). *No intenso agora* [DVD]. Brasil: VideoFilmes.

Santos, A. (2005). A tragédia grega: um estudo teórico. *Revista Investigações - Linguística e Teoria Literária*, 18(1), 41-67.

Sassi, K. (2019). *Do paradoxo político às subjetividades contemporâneas: costuras psicanalíticas sobre o sequestro da palavra na mediação das diferenças*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Sassi, K. & Gurski, R. (2019). *Ideologias muradas: polarização discursiva e empobrecimento político*. Em: Walter Benjamin: estética, política, literatura, psicanálise (pp. 603-613). Porto Alegre: Editora Fi.

Schwartz, C. (2018, janeiro 21). Talvez este seja o fim do Estado moderno, diz professor de Cambridge. *Folha de S.Paulo*. Recuperado em 18 de junho, 2019, de <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/01/1951709-estamos-assistindo-ao-fim-do-estado-moderno-diz-professor-de-cambridge.shtml>

Segalla, A. & Villaméa, L. (2010a, agosto 20). A geração do bem-estar - Parte 1. *IstoÉ*, n. 2128. Recuperado em 2 de agosto, 2019, de [https://istoe.com.br/96874\\_A+GERACAO+DO+BEM+ESTAR+PARTE+1/](https://istoe.com.br/96874_A+GERACAO+DO+BEM+ESTAR+PARTE+1/)

Segalla, A. & Villaméa, L. (2010b, agosto 20). A geração do bem-estar - Parte 2. *IstoÉ*, n. 2128. Recuperado em 2 de agosto, 2019, de [https://istoe.com.br/96886\\_A+GERACAO+DO+BEM+ESTAR+PARTE+2/](https://istoe.com.br/96886_A+GERACAO+DO+BEM+ESTAR+PARTE+2/)

Weinmann, A. (2018, agosto 31). Jornadas de junho: decifra-me ou te devoro. *Psicanalistas pela democracia*. Recuperado em 16 de junho, 2019, de <https://psicanalisedemocracia.com.br/2018/08/jornadas-de-junho-decifra-me-ou-te-devoro-amad-eu-de-oliveira-weinmann/>

Wu, T. (2016). *The Attention Merchants: The Epic Scramble to Get Inside Our Heads*. New York: Alfred A. Knopf.

Zuckerman, E. (2017, setembro 24). Redes sociais criam bolhas ideológicas inacessíveis a quem pensa diferente. *Folha de S.Paulo*. Recuperado em 18 de junho, 2019, de <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/09/1920816-cada-macaco-no-seu-galho---zuckerman.shtml>